



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

**LUIGI BASTOS DO NASCIMENTO PINTAUDE**

**FRONTEIRAS DA VIOLÊNCIA:**

**O CAPITAL ESCRAVISTA-MERCANTIL E A SEGUNDA  
ESCRavidÃO NA FRONTEIRA SUL DO BRASIL, C. 1764-1811**

**Brasília, setembro de 2022**



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

**LUIGI BASTOS DO NASCIMENTO PINTAUDE**

**FRONTEIRAS DA VIOLÊNCIA: O CAPITAL ESCRAVISTA-MERCANTIL E A  
SEGUNDA ESCRAVIDÃO NA FRONTEIRA SUL DO BRASIL, C. 1764-1811**

**ORIENTADOR: LUÍZ PAULO FERREIRA NOGUERÓL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de História do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília como requisito parcial para a obtenção do grau de licenciado em História.

**Brasília, setembro de 2022**

**FRONTEIRAS DA VIOLÊNCIA: O CAPITAL ESCRAVISTA-MERCANTIL E A  
SEGUNDA ESCRAVIDÃO NA FRONTEIRA SUL DO BRASIL, C. 1764-1811**

**Banca Examinadora**

---

Prof. Dr. Luíz Paulo Ferreira Noguezól – PPGHIS/UnB(Orientador)

---

Prof. Dr. Tiago Luíz Gil – PPGHIS/UnB  
(Membro Interno)

---

Prof. Dr. Leonardo Marques – PPGH/UFF  
(Membro externo)

## RESUMO

Nesta monografia propõe-se a avaliação das transformações nas relações socioeconômicas nas unidades produtivas na fronteira meridional do Brasil entre os anos de 1764 e 1811, período crítico na formação da Segunda Escravidão. Para tanto, servimo-nos de inventários *post-mortem* de proprietários escravistas, a fim de investigar as conexões do capital escravista-mercantil, através da serialização de preços de pessoas escravizadas, como forma de pensar a interdependência atlântica. Adicionalmente, conduzimos a observação das porcentagens de pessoas africanas entre os escravizados da região, tendo como objetivo refletir sobre os fluxos do tráfico transatlântico de seres humanos em sua correlação com as particularidades da região; por fim, procuramos dar atenção à dinâmica da concentração da propriedade escravista e da intensificação das relações de exploração, para melhor compreender a transição entre os diferentes Sistemas Atlânticos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Rio Grande, América Portuguesa, História Econômica, Escravidão, História Atlântica

## ABSTRACT

In this monograph we propose the analysis of the transformations in the socio-economical dynamics of the productive units situated in Brazil's south frontier in the timespan from 1764 to 1811, a crucial frame in the formation of the Second Slavey. Therefore, we utilize post mortem inventories aiming to investigate the Atlantic connections of the Luso-Brazilian slave-mercantile capital, through the serialization of the prices of enslaved people. Additionally, we conducted an observation of the percentages of African people among the slaves in Rio Grande do Sul, with the intent of reflect upon the flow of the transatlantic slave trade and its correlation with the region's productive particularities. Finally, we shed light upon the concentration of slave ownership and upon the intensification of the exploitation of slave labor in the region, seeking to get a better comprehension of the transition between the Atlantic Systems.

**KEYWORDS:** Rio Grande, Luso-America, Economic History, Slavery, Atlantic History

## Sumário

INTRODUÇÃO .....	3
CAPÍTULO I – ELEMENTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS.....	5
1.1 Da Categoria de Totalidade.....	5
1.2 Do Método Serial .....	18
CAPÍTULO II – VIOLENTOS ACORDES E LINHAS ASCENDENTES.....	20
2.1 Séries de Precificação e Realidade Histórica .....	20
2.2 Preços Coloniais e Interimperiais.....	26
2.3 Tendências e Contratendências .....	31
CAPÍTULO III – RITMOS SÍNCRONOS DE PONTO E CONTRAPONTO .....	34
3.1 Composição Demográfica e Tráfego Transatlântico de Pessoas .....	34
3.2 Portos de Embarque e Competição Escravista-Mercantil .....	41
CAPÍTULO IV – VIOLÊNCIA: ANDAMENTO E DISSONÂNCIA.....	49
4.1 Enfermidades e Soberania Escravista .....	49
4.2 Fronteiras Moventes e Jogos de Escala.....	53
CONCLUSÃO – A FUGA DA FRONTEIRA .....	62
FONTES.....	64
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	64

## INTRODUÇÃO

Este é um capítulo da história do capitalismo. Com isso indicamos, simultaneamente, o caráter exploratório e violento das tramas apresentadas. Entretanto, apesar da generalidade, tal afirmação sugere mais duas proposições: por um lado, trata-se de um arranjo com dinâmicas específicas, próprias às relações sociais geo-temporalmente localizadas, que eram a um só compasso produtoras e produtos dos agentes e sujeitos históricos; por outro, é possível (poderíamos ainda afirmar, necessário) fazer referência a um quadro mais amplo de processos socioeconômicos para dar significado aos argumentos aqui apresentados.

Deste modo, pensamos poder melhor traçar algumas das linhas de força que conferiram movimento – trata-se de uma história, portanto um complexo de transformações, que modificam fluxos e intensidades ao longo do tempo – e estabeleceram relações de reciprocidade produtiva entre nossa unidade de observação, a capitania do Rio Grande de São Pedro, e a unidade de análise: as transformações ocorridas na economia-política da escravidão da economia-mundo capitalista na passagem do século XVIII para o XIX<sup>1</sup>.

Com o objetivo de delimitar as percepções metodológicas aqui desenvolvidas e expor a conexão interna entre os conceitos e categorias mobilizados, é necessário justificar a opção pela perspectiva da economia-mundo, do capitalismo histórico, da Segunda Escravidão, das cadeias mercantis, das *fronteiras de commodity*, do Capital Escravista-Mercantil e dos Sistemas Atlânticos. Os eixos teóricos, que colocam em diálogo tais prismas, estão explicitados no Capítulo 1, que expõe a relação entre nossas balizas teóricas, técnicas de análise e a exposição dos dados, em seu íntimo entrelaçamento, evitando assim, tratar forma e conteúdo de maneira abstrata, estanque e puramente analítica.

No capítulo seguinte realizamos uma avaliação das transformações na precificação das pessoas escravizadas. Essa análise se dará tanto observando as diferenças a nível regional que ocorreram, quanto na tentativa de compreender tais transformações frente aos movimentos de

---

<sup>1</sup> Para o conceito cf. BABBIE, Earl R. *The practice of social research*. Cengage learning, 2020, pp. 97-103. Para os desdobramentos do conceito e os debates a respeito deste na historiografia da escravidão cf. MARQUES, Leonardo; MARQUESE, Rafael de Bivar. *Ouro, café e escravos: o Brasil e “a assim chamada acumulação primitiva”* In: MARQUESE, Rafael de Bivar (ed.). *Os tempos plurais da escravidão no Brasil: ensaios de história e Historiografia*. São Paulo: Intermeios, pp. 105-133, 2020. pp. 119-122. MARQUES, Leonardo. *Unidades de Análise, Jogos de Escalas e a Historiografia da Escravidão no Capitalismo* In: MUAZE, Mariana; SALLES, Ricardo. *A segunda escravidão e o Império do Brasil e em perspectiva histórica*. Recurso eletrônico. São Leopoldo: Casa Leiria, pp. 53-75, 2020. pp. 56-64.

precificação das *commodities* atlânticas, procurando identificar as inter-relações que podem ser observadas. Em seguida, no capítulo posterior, nos centramos no percentual de pessoas africanas em relação ao total de pessoas escravizadas. Procuramos, com isso, entender como eram as respostas dos proprietários escravistas em relação às conjunturas, pensando a porcentagem de africanos enquanto indício do funcionamento do tráfico transatlântico. Neste mesmo capítulo, avaliamos os portos africanos de embarque citados, a fim de melhor compreender qual o movimento da economia-política dos locais de apresamento e embarque.

No terceiro capítulo, em continuação, mantemos os olhos sobre a porcentagem de pessoas enfermas e feridas, dados com os quais avançaremos a argumentação sobre o papel da guerra, o deslocamento da fronteira e a violência da exploração do trabalho quando do aumento do preço dos produtos de exportação. Adicionalmente, exploramos as possibilidades historiográficas em pensar como a concentração da propriedade escravista variava nas diferentes localidades, para então aliarmos o estudo da exploração do trabalho com a estrutura de posse, a fim de caracterizar o movimento econômico da fronteira.

## CAPÍTULO I – ELEMENTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS

### 1.1 Da Categoria de Totalidade

A noção de totalidade é muito cara às ciências sociais. Em suas diversas formulações, ela demonstrou grande capacidade explicativa, em especial ao habilitar os pesquisadores a compor um cenário complexo, muito apropriado à ciência historiográfica, qualificada por E. P. Thompson como a ciência do contexto<sup>2</sup>. Entretanto, estamos cientes dos perigos sedutores em questão: não raro a potência do conceito levou os pesquisadores a subsumir as partes ao todo, enrijecendo o constructo mental e ignorando as particularidades das constelações históricas. A fim de evitar tais armadilhas, exporemos nossos referenciais, com objetivo de oferecer ao leitor as ferramentas para uma crítica certa à nossa argumentação e para organizar as condições discursivas do nosso texto. Uma afinação, se assim preferirem.

Nosso ponto de partida é a crítica da Economia-Política. Esta é uma operação de retorno, que nos ajuda a limpar o terreno e estabelecer a própria historicidade de nossa exposição. Marx, nos *Grundrisse*<sup>3</sup>, criticou a caracterização que os *economistas a sua época* faziam das diversas formações socio-temporais, partindo de um ferramental léxico abstratamente universal. Tal movimento analítico de classificação “apaga todas as diferenças históricas e vê a sociedade burguesa em todas as formas de sociedade”, posto que projeta a dinâmica econômica contemporânea no passado, por mais longínquo que este seja no tempo e no espaço<sup>4</sup>. Evidentemente, uma operação de crítica das categorias é necessária para evitar perdermos vista da profundidade e da espessura dos estratos de tempo que se interpõe entre a história vivida e a história enquanto prática científica. Entretanto, seria impreciso descartar por completo todo um conjunto de categorias teóricas: em primeiro lugar, porque, se fosse reduzida a uma descrição passiva de certo arranjo temporal, limitada à linguagem coeva, a historiografia perderia qualquer potencial de ir além das próprias representações que os agrupamentos humanos dão a

---

<sup>2</sup> THOMPSON, Edward. P. As peculiaridades dos ingleses e outros artigos. NEGRO, Antonio Luigi & SILVA, Sergio (org.). Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2001. p. 243

<sup>3</sup> Do alemão: planta-baixa, fundamento.

<sup>4</sup> MARX, Karl. *Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política*. Boitempo editorial, 2015. pp. 82-84

si mesmos<sup>5</sup>, e, em segundo, pois a ausência de problematização da temporalidade entre a história enquanto experiência e a história enquanto prática discursiva, daria lugar à ilusão de transparência entre a realidade estudada e aquela a partir da qual se pratica a investigação, como se os conceitos utilizados no passado pudessem ser apreendidos em sua complexidades pelos investigadores do presente sem algum esforço científico. Fundamentalmente, tanto a imposição acrítica dos termos contemporâneos sobre os documentos, quanto a tentativa mimética dos termos da realidade estudada são as faces da mesma moeda, o anacronismo.

A solução dialética de Marx é uma dinâmica progressivo-regressiva: observar a forma como o próprio referencial categorial engendra-se em um processo de formação historicamente determinado, sem, contudo, ignorar que este processo não se dá por uma simples linearidade genético-formativa, mas por um percurso repleto de contradições, apropriações e disputas, e, portanto, de abertura a uma extensa gama de possibilidades de futuro. Como afirmaria Kosík sobre o método do materialismo dialético, uma das questões metodológicas de fundo versa justamente sobre as condições de possibilidade da interpretação do mundo: “Por que os homens (sic.) tomaram consciência de seu tempo justamente nestas categorias e *qual o tempo* que se mostra nessas categorias?”<sup>6</sup>.

Importante, pois, notar que as próprias noções que utilizamos para compreender o tecido temporal são constituídas na prática objetiva dos agentes históricos, de modo que, a fim de darmos conta de avançar na compreensão do objeto, precisamos ir “do abstrato ao concreto / do concreto ao abstrato, do presente ao passado / do passado ao presente”<sup>7</sup>. Tal “dialética dos conceitos” – ou seja, observar seu processo não-linear de produção - justifica-se, pois, as constelações formadas pelos processos que procuramos descrever são dinâmicas e cambiantes, logo o próprio significado das categorias (trabalho, capital, produção, consumo, demanda, oferta) é rearranjado a cada instante que observemos e decorre, não de uma significação intrínseca, mas de uma composição de forças específica. A totalidade em que estão inseridas as próprias ferramentas de descrição e interpretação é ela mesma determinante e determinada. Em

---

<sup>5</sup> KOSÍK, Karel. *Dialética do Concreto*. São Paulo: Paz e Terra, 2002. pp. 14-15. KOSELLECK, Reinhart. *Estratos do tempo: estudos sobre história*. Contraponto Editora, 2014. pp. 307-309.

<sup>6</sup> KOSIK, op. cit., p. 22. Grifo no original.

<sup>7</sup> MARQUESE, Rafael de Bivar (ed.). *Os tempos plurais da escravidão no Brasil: ensaios de história e Historiografia*. São Paulo: Intermeios, 2020. p. 50,

um movimento dialético, a explicação teórica lança luz sobre a concretude histórica e a concretude histórica ilumina a explicação teórica<sup>8</sup>.

Este processo de “concretização” da totalidade, através do qual buscamos compreender as relações estabelecidas por suas partes, é fundamental: procuramos evitar que percamos vista dos fenômenos específicos que buscamos compreender, sem cair na tentação de formalizá-los em uma “totalidade abstrata”, ou “totalidade por adição”<sup>9</sup>. Neste tipo de empreendimento a soma das partes é tomada como a unidade a ser alcançada, e é reiterada a impossibilidade técnica e epistemológica de sua formulação, já que é impossível colher todos os dados. Em contraposição, a totalidade concreta, que é nossa meta intelectual, é construída através de um processo relacional, na compreensão de que dada complexidade organiza-se como um todo do qual podemos estudar o movimento. Neste caso, “totalidade não significa *todos os fatos*. Totalidade significa: realidade como um todo estruturado, dialético, no qual ou do qual um fato *qualquer* (classes de fatos, conjuntos de fatos) pode vir a ser racionalmente compreendido.” Ora, a concepção de tempo própria a uma historiografia informada pela teoria tempos plurais braudelo-kosellekiana<sup>10</sup> implica na percepção de que a reciprocidade estabelecida entre as estruturas de repetição e as singularidades eventuais, - seja dito, entre o todo e as partes – é de elucidação mútua. A metáfora de Kosellek é muito sugestiva: a linguagem, apesar de operar dentro de quadros gramaticais estabelecidos, tem a capacidade plástica e estética de produzir novos sentidos, posto que o discurso não paira acima das palavras, mas dá-se na interação específica entre os fraseados particulares, ao cabo que sempre expressa mais e menos do que o conteúdo literal, sugerindo a transformação das expectativas dos agentes quanto às próprias estruturas linguísticas. O tempo histórico se dá de forma análoga nas diferentes estruturas e eventos<sup>11</sup>.

Em termos historiográficos, uma das propostas que aliaram a pluralidade dos tempos em uma unidade relacional foi a de Fernand Braudel, cuja teorização permitiu a imersão intelectual em um universo (o Mediterrâneo) onde diferentes durações se inter cruzavam formando uma estrutura dinâmica<sup>12</sup>. Contudo, permanece a questão de como buscar tais

---

<sup>8</sup> SAYER, Derek. *The violence of abstraction. The analytic foundations of historical materialism*. Oxford: Basil Blackwell, 1987, pp. 18-25 e 126-129.

<sup>9</sup> MARQUESE (ed.), op. cit. pp. 16-18, KOSIK, 2002. pp. 41-46.

<sup>10</sup> KOSELLECK, 2014., pp. 303-306.

<sup>11</sup> Ibidem, 2014, pp. 19-22.

<sup>12</sup> BRAUDEL, Fernand. *O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Filipe II*. v. 1 Lisboa: Martins Fontes, 1983. p. 433

relações. Parte da questão de como ela foi construída encontra-se na própria ideia de totalidade por relação: a interconexão histórica dá-se pelos elos substantivos de uma dada fração do mundo. Foi o que fez o historiador francês, da Segunda Geração dos Anales, ao propor como unidade de análise as economias-mundo. Tais constructos diferenciam-se de uma economia mundial, visto que não pretendem abarcar a soma de todas as economias, mas esboçam argumentos que tratam de um “fragmento do universo, pedaço do planeta economicamente autônomo”<sup>13</sup>. Perspectiva esta que desde o princípio teve como horizonte um plano de disputa interimperial e/ou internacional, situando-se em um esforço de evitar os riscos do nacionalismo teórico e de tentar apreender as dinâmicas co-produtivas do Capitalismo<sup>14</sup>.

Immanuel Wallestein, sociólogo estadunidense foi talvez um dos mais relevantes continuadores teóricos da perspectiva. A partir da asserção básica da estrutura tripartite da economia-mundo, - o centro vibrante que concentra os excedentes, a semiperiferia, em constante competição pela passagem à centro, e, finalmente a periferia, que concentra não apenas os trabalhos de maior intensidade exploratória, como as contradições mais acentuadas -, o autor propôs-se a estudar as relações socioeconômicas da modernidade<sup>15</sup>. Suas contribuições constituíram-se em torno da percepção de que a realidade do Capitalismo não poderia ser resumida a uma identificação simples com a industrialização ou, tampouco, com a proletarização<sup>16</sup>. Propunha, antes, que as movimentações, tensionamentos e acomodações do modo de produção com as relações de produção e as forças produtivas deveriam, outrossim, ser tomadas como uma pergunta motivadora. Durante a investigação, seria, pois, preciso considerar que as situações históricas compõem quadros específicos, em que diferentes modos de expropriação são mobilizados, a fim de perceber, portanto, que seria inocente supor uma correspondência imediata entre capitalismo e assalariamento ou mesmo uma contrariedade auto-evidente entre capitalismo e escravidão<sup>17</sup>. Aliás, parte da questão é, justamente,

---

<sup>13</sup> Ibidem, p. 12

<sup>14</sup> Para uma crítica contemporânea ao nacionalismo metodológico ver: MARQUES, Leonardo. Cadeias mercantis e a história ambiental global das Américas coloniais. *Esboços: histórias em contextos globais*, v. 28, n. 49, pp. 640-697, 2021a. pp. 670, MARQUESE (ed.), 2020, pp. 24-30 e MARQUES, Leonardo. Unidades de Análise, Jogos de Escalas e a Historiografia da Escravidão no Capitalismo In: MUAZE, Mariana; SALLES, Ricardo. *A segunda escravidão e o Império do Brasil e em perspectiva histórica*. Recurso eletrônico. São Leopoldo: Casa Leiria, pp. 53-75, 2020. pp. 55 e 67; MAXWELL, Kenneth. *Naked tropics: essays on empire and other rogues*. Routledge, 2013. pp. 61-64

<sup>15</sup> WALLERSTEIN, Immanuel. *The capitalist world-economy*. Cambridge: Cambridge University Press, 1979 18-21; BRAUDEL, op. cit. 28-30

<sup>16</sup> Ibid., pp. 9-10 e 15-17.

<sup>17</sup> Ibid., pp. 219-221.

compreender porque as relações de assalariamento e as forças produtivas da industrialização não se homogeneizaram, mas muitas vezes entraram em arranjos em que as formas mais recentes reforçavam e reformulavam as situações de exploração anteriormente existentes, tais como a escravidão<sup>18</sup>.

Os frutos da mirada de Braudel e Wallerstein incidiram diretamente nas pesquisas brasileiras sobre a relação entre capitalismo e escravidão, em um rico diálogo entre a tradição marxista pradiana e as teses de Eric Williams quanto às interconexões entre Revolução Industrial e escravidão<sup>19</sup>. A obra que talvez seja paradigmática na construção deste modelo interpretativo - que se sagrou pelo nome de *Antigo Sistema Colonial* - é a de Fernando Novais, professor da Universidade de São Paulo, *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*, de 1979.

Seus argumentos foram muito influentes na historiografia brasileira. A partir da década de 1970, todavia, foram duramente criticados, por autores que propunham como modelo alternativo o *Modo de Produção Escravista Colonial*, em particular Ciro Flamarion Cardoso e Jacob Gorender, cuja proposta era descentrar a análise dos fluxos do mercado mundial e observar mais atentamente às “relações de produção”, que segundo os autores, seriam os elementos determinantes para a compreensão da escravidão colonial. Por consequência, a unidade de análise deslocar-se-ia das relações comerciais atlânticas para as dinâmicas ditas “internas” dos circuitos produtivos coloniais, em busca de suas “leis” específicas, em contraposição ao que era percebido como uma perspectiva excessivamente centrada na circulação de riquezas, em detrimento de sua produção<sup>20</sup>. A obra que consideramos sintética

---

<sup>18</sup> WALLERSTEIN, Immanuel. *Capitalismo histórico e Civilização capitalista*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001. pp. 22-26. Essa parece ser também a conclusão de uma conhecida passagem de Marx, na *Introdução à Crítica da Economia Política*. MARX, Karl. Introdução [À Crítica da Economia Política] In: *Manuscritos Econômico – Filosóficos e Outros Textos Escolhidos*. Os Pensadores. Vol. XXXV. São Paulo: Abril Cultural, 1978, pp. 121. Note-se que é esta a proposta de Wallerstein: entender como o capital, enquanto relação social, ressignifica as relações que o precederam.

<sup>19</sup> WILLIAMS, Eric. *Capitalismo e Escravidão*. Rio de Janeiro: Companhia Editora Americana, 1975. pp. 57-58 e 232. A interpretação de Williams sobre as relações contraditórias que identificou - , ou seja, aquelas entre o capitalismo comercial e a escravidão como processos que produziram o capitalismo industrial, que por sua vez destruiu os primeiros - apesar de explicitarem as dinâmicas íntimas entre industrialização e escravidão, acabaram por colocar escravidão e capitalismo industrial em uma sequência temporal linear, pouco atenta à sincronicidade dos tempos históricos, às transformações na escravidão e sua relação com o capitalismo industrial do século XIX. Tais teses, um tanto lineares, foram aceitas por Novais, ver NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*. 5. ed. São Paulo: Hucitec, 1989 [1979], pp. 299-303. Para a crítica da argumentação de Williams ver TOMICH, Dale W. *Pelo prisma da escravidão: trabalho, capital e economia mundial*. São Paulo: EdUSP, 2011, pp. 125-130.

<sup>20</sup> CARDOSO, Ciro F. S. Sobre los modos de producción coloniales de América. In: ASSADOURIAN, Carlos Sempat et al. *Modos de producción em América Latina*. Buenos Aires: Siglo XXI, ed. Cuadernos de Pasado y

das posições desta corrente historiográfica é *Modos de produção e realidade brasileira*, de 1980, em especial o texto *As concepções acerca do “Sistema Econômico Mundial” e do “Antigo Sistema Colonial”*: a preocupação obsessiva com a “extração de excedente”.

Em certa medida, com as características próprias às novas gerações, as teses de Cardoso e Gorender foram adotadas pela historiografia produzida sob a égide do programa de pesquisa em História Agrária de Maria Yedda Linhares, centrada nas universidades do Rio de Janeiro. Os desdobramentos e cristalizações das críticas ao modelo do *Antigo Sistema Colonial* e as perspectivas abertas pela extensa pesquisa arquivística decorrente da formalização dos programas de pós-graduação na década de 1980, levaram a certa interpretação da economia colonial, muito atenta à cultura política dos agentes coloniais no fazer e refazer da colônia: a concepção do *Antigo Regime nos Trópicos*, linha de pesquisa produzida, entre outros, por João Fragoso, professor da UFRJ<sup>21</sup>. É possível apontar como obra de formalização desta leitura *O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia: Rio de Janeiro, c. 1790- c. 1840*, de 1996, que Fragoso realizou em parceria com Manolo Florentino.

As profundas pesquisas arquivística e a análise estatística, frutos das pesquisas de doutoramento dos dois autores, foram as ferramentas científicas utilizadas por eles para criticar o modelo interpretativo anteriormente hegemônico. Suas agudas observações sobre o papel do tráfico transatlântico de escravos, do mercado interno e da reiteração das estruturas produtivas na acumulação endógena de riquezas e títulos nobiliárquicos na América portuguesa, sob os efeitos atrativos dos capitais mercantis monopolistas, permitiram uma mirada que complexificou a noção de que a estrutura básica da colônia poderia ser descrita como uma *plantation* agroexportadora, habilitando os historiadores seguintes a pensar o universo econômico luso-brasileiro como uma composição complexa entre múltiplas formas de expropriação sob uma dinâmica combinada de ritmos internos e externos<sup>22</sup>.

---

Presente, n. 40, pp. 135-161, 1973, pp. 140-142; GORENDER, Jacob. O conceito de modo de produção e a pesquisa histórica. In: LAPA, José Roberto do Amaral (org.). *Modos de produção e realidade brasileira*. Petrópolis: Vozes, pp. 43-66, 1980. pp. 55-56.

<sup>21</sup>MARQUESE (ed.), 2020, pp. 22-25; MARQUESE, R. As desventuras de um conceito: capitalismo histórico e a historiografia sobre a escravidão brasileira. *Rev. Hist. (São Paulo)*, São Paulo, n. 169, pp. 223-253, pp. 238-246 Dec. 2013. pp. 226-229; MARQUESE, Rafael Bivar; SALLES, Ricardo (orgs.), *Escravidão e capitalismo histórico do século XIX: Cuba, Brasil, Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016. pp. 104-127 e MARQUES, 2020. cit., pp. 59-65. Para uma narrativa análoga, mas referente à historiografia anglófona ver: TOMICH, 2011. pp. 53-79.

<sup>22</sup>FRAGOSO, João Luís Ribeiro. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998, pp. 144-147; FLORENTINO,

Em que pese a qualidade invulgar das pesquisas e dos métodos, as premissas teóricas - marcadas pelo que foi classificado pela historiografia recente como “abstrações violentas”<sup>23</sup> nos pares de oposição de produção/circulação, escravismo/capitalismo, interno/externo, tomados como externos uns aos outros - levaram os autores a afirmar a autonomia interna dos fluxos de acumulação de capital na colônia, fixando a posição de que, apesar de nela se realizar um crescente comércio exportador, a América portuguesa seria palco de ritmos econômicos próprios, uma vez que o fator unilateralmente determinante na narrativa dos autores não seria a “circulação”, mas as “relações de produção” abstraídas de seu momento de circulação<sup>24</sup>. Relações estas que seriam reiteradas com vistas à manutenção do ideal arcaizante próprio ao *Antigo Regime*, de modo que, apesar dos preços declinantes do café na primeira metade do século XIX, os mercadores da praça do Rio de Janeiro continuaram a reinvestir suas fortunas na fronteira agrícola e expandir a produção, em um movimento de “esterilização” do capital, contrário à “lógica capitalista”<sup>25</sup>, possibilitado pelo caráter arcaico da “economia colonial tardia”, estruturada em um “mosaico de formas não-capitalistas de produção”<sup>26</sup>.

Estes argumentos fornecem-nos a explicitação da concepção dos autores de externalidade entre economia escravista colonial e capitalismo. A questão de tal interpretação é que ela é empiricamente questionável: os fazendeiros brasileiros respondiam às flutuações internacionais e era justamente a expansão da produção no Brasil que causava a queda dos preços, apesar do crescimento das margens de lucro. Tal queda de preço, aliás, provocava a especialização do circuito produtivo internacional, reduzindo progressivamente o peso relativo da concorrência antilhana e cubana no setor cafeeiro, de forma a fortalecer a posição da produção cafeeicultora do Brasil<sup>27</sup>.

---

Manolo. *Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro: os séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, pp. 75-77 e 204-208.

<sup>23</sup> MARQUESE, 2013, pp. 240-24. Marquese sustenta tal afirmação em diálogo com a nomenclatura que Derek Sayer instrumentaliza em sua leitura de Marx; ver SAYER, 1987, pp. 50-53. De semelhante modo, Tomich o fez anteriormente para pensar a historiografia anglófona; ver TOMICH, op. cit. 53-55 e 64-69.

<sup>24</sup> FLORENTINO, Manolo; FRAGOSO, João. *O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia: Rio de Janeiro, c. 1790- c. 1840*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. pp. 125-127 e 225-226.

<sup>25</sup> FRAGOSO, 1998. pp. 366-369. FLORENTINO; FRAGOSO, op. cit. pp. 230-233.

<sup>26</sup> FRAGOSO, op. cit. pp. 144-147 e 268; FLORENTINO; FRAGOSO, op. cit. pp. 83-86.

<sup>27</sup> MARIUTTI, Eduardo Barros; NOGUERÓL, Luiz Paulo Ferreira; NETO, Mário Danieli. Mercado interno colonial e grau de autonomia: críticas às propostas de João Luís Fragoso e Manolo Florentino. *Estudos Econômicos (São Paulo)*, v. 31, n. 2, pp. 369-393, 2001. pp. 375-383; MARQUESE, Rafael; TOMICH, Dale. O Vale do Paraíba escravista e a formação do mercado mundial do café no século XIX. In: SALLES, Ricardo; GRINBERG, Keila. *O Brasil imperial*, v. 2, pp. 241-383, 2009. pp. 343-357.

Não podemos, entretanto, simplesmente retornar às posições anteriores, mas procurar caminhos de síntese, afinal a aposta de Braudel e Wallerstein em apontar os fluxos comerciais também pode levar a apreensões unilaterais, e, por isso, sugerimos que as contribuições de Dale Tomich são da mais severa pertinência. O professor, hoje aposentado, do departamento de sociologia da Universidade de Binghamton, apresentou em 1988 o ensaio *The 'Second Slavery': Bounded Labour and the Transformations of the Nineteenth Century Economy*<sup>28</sup>. O ensaio revolucionário tem encontrado relevante repercussão e a produção historiográfica produzida em diálogo com ele tem demonstrado a potência deste aporte em arejar o debate sobre a escravidão no capitalismo. A fim de mantermos concisão, sugerimos como textos exemplares dos diálogos brasileiros as coletâneas *Escravidão e capitalismo histórico no século XIX*, de 2016, organizado por Rafael Marquese e Ricardo Salles, e, mais recentemente, em 2020, *A segunda escravidão e o império do Brasil em perspectiva histórica*, de organização de Mariana Muaze e Ricardo Salles.

A relevância do trabalho de Tomich para o argumento que construímos aqui é dupla: em primeiro plano, o autor confere movimento à totalidade da economia-mundo; sua proposição de que haveria uma segunda escravidão coloca sobre tela as transformações a que devemos atentar na passagem do século XVIII para o XIX. Sob o circuito de acumulação inglês, a economia-mundo capitalista passou por um processo extenso de reorganização da constelação geo-histórica de seus espaços produtivos, o que significou um deslocamento nos eixos das forças produtivas. O empuxo econômico, lastreado pela ascensão industrial de uma demanda massificada da classe trabalhadora europeia, entrou em sinergia com a Revolução do Haiti para provocar um abalo sísmico na economia-mundo capitalista: com uma demanda colossal para a época e a saída da colônia de Saint Domingues de sua anterior posição de protagonismo na arena interimperialista, uma possibilidade histórica se colocava a descoberto para os produtores escravistas<sup>29</sup>. A reconfiguração percebida por Tomich envolveu, especialmente as regiões de Cuba, enquanto circuito dominante da sucrocultura, EUA, enquanto circuito dominante da cotonicultura e o Brasil, enquanto circuito dominante da cafeicultura, nos quais os proprietários da terra, do capital e do trabalho, em sua nova dinâmica, de tempos crescentemente industriais,

---

<sup>28</sup> Mais tarde publicado em português no livro *Pelo Prisma da Escravidão: Trabalho, Capital e Economia Mundial* TOMICH, 2011. pp. 81-101.

<sup>29</sup> TOMICH, op. cit. pp. 83-86

reposicionavam os fatores de produção (terra, capital e trabalhadores) em uma configuração responsiva às demandas internacionais<sup>30</sup>.

Em segundo plano, esta lente permite observar a mútua determinação dos espaços<sup>31</sup>. O movimento histórico da Segunda Escravidão deu-se como uma totalidade histórica formada em um “campo unificado de conceitos relacionais ligados pela forma mercadoria”<sup>32</sup>. O tratamento de Tomich à questão nos possibilita esboçar a totalidade formada pela economia-mundo capitalista a partir das conexões internas que se uniam em uma “concepção mais abstrata e geral de totalidade como unidade de produção, distribuição, troca e consumo”<sup>33</sup>. Não surpreende que este circuito seja colocado como uma totalidade, visto que a *forma-mercadoria*, generalizada no percurso descontínuo do capitalismo histórico, apresenta-se como início e fim lógicos do processo produtivo da escravidão no período citado: tanto as pessoas escravizadas, que realizavam o trabalho, chegavam nos espaços de produção via mercado, quanto o produto, que realizava o valor do capital, completavam a rota via mercado.

A fim de divisar os instantes desta totalidade, lembramos que a caracterização das cadeias mercantis, conceito primeiramente proposto por Hopkins e Wallerstein<sup>34</sup> - em seus diferentes momentos de produção, circulação e consumo - foi umas das conquistas mais interessantes da perspectiva de sistema-mundo. A análise trans estatal proposta nos permite estudar a “rede de processos de trabalho e produção”, ao cabo que sugere uma pesquisa que mais do que presa a limites impostos pela prática imperial ou estatal, esteja atenta à historicidade destas relações e às dinâmicas que as transitoriedades das fronteiras permitem aos fluxos de capitais e trabalho. É parte de nosso esforço procurar entender como se formou uma cadeia mercantil dos trabalhadores, violentamente tornados mercadorias, que, por sua vez produziam as mercadorias alimentícias nos circuitos da fronteira sul do Brasil.

Assim, ao buscar uma formulação lógica que dialogue com os movimentos concretos, talvez consigamos nos apropriar das relações existentes entre os movimentos econômicos e as formas sociais que se dialetizarão nas unidades de observação. Para o caso da América, pensamos ter deixado claro que uma caracterização entre um modo de produção escravista colonial apartado do modo de produção capitalista e integrado a ele externamente via mercado

---

<sup>30</sup> Ibidem. pp. 89-95

<sup>31</sup> MARQUESE; SALLES, 2016, 141-143

<sup>32</sup> TOMICH, op. cit. p. 49

<sup>33</sup> Ibid.

<sup>34</sup> HOPKINS, Terence K.; WALLERSTEIN, Immanuel. Commodity chains in the world-economy prior to 1800. *Review (Fernand Braudel Center)*, New York, v. 10, n. 1, pp. 157-170, 1 jul. 1986. pp. 158-162

acaba por colocar diante de nós uma disjunção teórica, uma unidade articulada, polarizada em projetos ideologicamente e moralmente caracterizados como “arcaicos” e “modernos”. Em lugar disso, a percepção do capital e da escravidão como uma unidade contraditória<sup>35</sup>, através da qual se realizou um violento processo de modernização pode nos ajudar a compreender o “desenvolvimento desigual e combinado”<sup>36</sup> que estudamos. Neste sentido, a compreensão do conjunto das relações sociais, dinâmicas e contraditórias efetivadas no Atlântico, parece-nos oferecer grande poder explicativo. É por isso, que ao tentar compreender a cadeia mercantil da escravidão na fronteira sul sugerimos o diálogo com a concepção do *capital escravista-mercantil*, proposta por Pires e Costa, no artigo *O capital escravista-mercantil: caracterização teórica e causas históricas de sua superação*, de 2000.

Evidentemente, sobre tal teorização – seja visto a potencial rigidez de todas as teorizações, que tem de ser corrigida na produção intelectual empírica – operaremos transformações durante o retorno à concretude - uma vez que no trabalho investigativo suas categorias serão reposicionadas, dando lugar a uma nova constelação, com novo significado e arranjo de forças -, apesar de insistimos na utilidade das conclusões a que chegaram Pires e Costa<sup>37</sup>. Tais indicações serão tomadas como problemas, não como respostas, e sua verificação deve ser realizada, desmentida ou complexificada na pesquisa empírica.

---

<sup>35</sup> O debate sobre a unidade contraditória entre capitalismo e escravidão é extenso, mas fundamental, portanto, arrolamos aqueles trabalhos que mais diretamente dialogam com os referenciais levantados: MARX, 2015, pp. 77-78; TOMICH, 2011, p. 50; MARQUESE; SALLES (orgs.), 2016, 102-103; MARQUESE (org.), 2020, p. 24 e 119-120, TOMICH, Dale W. Apresentação In: MUAZE, Mariana; SALLES, Ricardo. *A segunda escravidão e o Império do Brasil e em perspectiva histórica*. Recurso eletrônico. São Leopoldo: Casa Leiria, pp. 13-19, 2020. pp. 13-14; FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho, *Homens livres na ordem escravocrata*. 4ª ed. São Paulo: UNESP, 1997. pp. 9-15; CASTRO, Antônio Barros de. “A economia política, o capitalismo e a escravidão” In: LAPA, José Roberto do Amaral (org.). *Modos de produção e realidade brasileira*. Petrópolis: Vozes, pp. 67-109, 1980. pp. 92-94 e 101-102.

<sup>36</sup> LÖWY, Michael. A teoria do desenvolvimento desigual e combinado. *Outubro*, v. 1, pp. 73-80, 1998. pp. 74-77.

<sup>37</sup> Falamos, num primeiro momento, da ausência das condições da reprodução do capital escravista-mercantil em seu processo de efetivação - de modo que sua existência se encontra entrelaçada com as dinâmicas dos outros capitais, sem os subordinar e deles dependente - à vista do que não podemos conceber as formações escravistas como unidades isoladas, mas sim como co-formadoras de uma unidade complexa com as demais relações sociais de produção que atuam na economia-mundo, ao que podemos acrescentar, a apropriação da mais-valia, por parte dos representantes dos capitais mercantil, usurário e escravista-mercantil, em movimento expansivo, posto que a concorrência interimperial coloca condições concretas à abstração social do princípio da elevação dos lucros e da composição de riqueza. Finalmente, lançamos luz a noção de que as contradições internas à realização desta forma de capital (nomeadamente, a resistência das pessoas cativas, a dependência do tráfico e das demandas internacionais, as elevadas taxas de violência e mortalidade e os interesses contraditórios entre os diferentes agentes comerciais do circuito) criavam as condições de possibilidade das crises a que a realização do valor esteve sujeita historicamente, ao cabo que as crises do capital escravista-mercantil não dependiam unilateralmente de choques ditos “externos. PIRES; COSTA (orgs.), 2010, pp. 14, 21, 25-26 e 37.

A fim de melhor compreender a sincronia dos ritmos mercantis deste capital, existem vestígios históricos que podemos procurar para consubstanciar argumentos que indiquem a unidade do circuito. Um excelente caminho foi proposto por Emilio Sereni, historiador marxista italiano, cuja noção de totalidade passa por uma consonância entre os vetores mercantis<sup>38</sup>. Dito de outro modo, é possível “verificar a existência de uma determinada integração mercantil por meio do comportamento de preços de diferentes localidades” evidenciada cientificamente pela produção de coeficientes de correlação através dos quais calcula-se o determinante<sup>39</sup> entre diversas localidades de uma mesma economia-mundo<sup>40</sup>.

Cabem aqui algumas considerações metodológicas: não devemos considerar tais sincronidades uma funcionalidade automática e transparente; a ancoragem mercantil-produtiva de diferentes regiões indica, outrossim, determinados projetos de economia-política que favorecem o enriquecimento de determinadas classes sociais, não há, portanto, “naturalidade”. Nas palavras de Braudel “esse mercado em que ‘só intervém a procura, o custo da oferta e os preços, que resultam de um acordo recíproco’[...] é uma criação da mente”<sup>41</sup>, logo, não estamos falando de um mecanismo autorregulador. A sincronidade de que falamos é o nome de uma disputa inter e intraclasse<sup>42</sup>.

Até aqui, poderíamos, entretanto, incorrer no perigo de nos deixar capturar pela metáfora fácil do curto-circuito. Entra em cena a necessidade de conferirmos ainda mais dinâmica aos constructos do capital escravista-mercantil e das cadeias mercantis – que poderiam, de outro modo, sugerir um sistema fechado. Para tanto, nos utilizaremos da categoria *fronteira de commodity*<sup>43</sup>. Esta ferramenta, desenvolvida por Jason Moore, professor de sociologia em Binghamton, busca superar as dificuldades teóricas colocadas pelas condições extra-humanas da natureza, uma vez que, apesar de as relações de produção capitalistas colocarem o problema da abstração social dos valores de uso - da materialidade, portanto<sup>44</sup>, -

---

<sup>38</sup> SERENI, Emilio. *Capitalismo e mercato nazionale in Italia*. Roma: Editori Riuniti, 1966. pp. 26-29. Apesar do autor italiano operar em uma perspectiva de comprovação da existência de um “mercado nacional”, sua metodologia é capaz de aferir as interconexões mercantis, o que em nosso caso será utilizado para uma unidade de análise mais ampla.

<sup>39</sup> NOGUERÓL, Luiz Paulo Ferreira. *Sabará e Porto Alegre na formação do mercado nacional no século XIX*. 2003. Tese de Doutorado. Instituto de Economia da UNICAMP. p. 4.

<sup>40</sup> Ibid. pp. 2-5. Ver BRAUDEL, 2009a, pp. 190-196; SERENI, 1966, pp. 29-31.

<sup>41</sup> BRAUDEL, 2009a. p. 195.

<sup>42</sup> MARX, 2009b. pp. 268-269.

<sup>43</sup> MOORE, Jason W. Sugar and the expansion of the early modern world-economy: Commodity frontiers, ecological transformation, and industrialization. *Review (Fernand Braudel Center)* (2000): 409-433. pp. 410-411;

<sup>44</sup> MARX, Karl. (1867). *O Capital: Crítica da Economia Política*. Vol. I, T 1, São Paulo: Nova Cultural, 1996a. pp. 166-170.

essa fantasia social não impede a natureza extra-humana de apresentar-se como parte dinâmica do processo complexo de determinações dos ritmos, fluxos e intensidades do trabalho<sup>45</sup>.

A partir deste referencial, esperamos colocar em questão o relativo baixo impacto da especificidade regional na perspectiva dos sistemas-mundo. A própria concepção de cadeia mercantil em reciprocidade produtiva com as *fronteiras de commodity* ganha flexibilidade metabólica, posto que, se concebida como fronteira, seus limites são entendidos como porosos e fluidos, já que não recebem por parte do investigador a definição meramente formal das unidades políticas que os reclamavam para si, mas de seu movimento substantivo, de trocas materiais entre agentes socioeconômicos e ecológicos. O que nos leva a conclusão de que é fundamental compreendermos as práticas produtivas desenvolvidas na fronteira em sua dialética intensamente transformativa, mas também sujeita às resistências histórico-geográficas dos espaços fronteiriços, posto que sua mobilidade e fixidez são elas mesmas construtos históricos que os agentes modificam, sob a o empuxo expansionista do capital<sup>46</sup>.

As relações de produção e os arranjos específicos entre elas e as forças produtivas são, por conseguinte, os vestígios que procuramos. É evidente que os ritmos são variados, aliás, não poderiam deixar de ser em uma totalidade na qual as relações sociais movimentam-se através de estratos de tempo diferentes. É, talvez essa apreensão koselleckiana de Berbel, Marquese e Parron que salta à vista e que confere, finalmente, sobreposição temporal à arquitetura que vínhamos montando até agora. Os três historiadores formularam conjuntamente em *Escravidão e política: Brasil e Cuba, c. 1790-1850* uma interpretação muito original das transformações da economia-mundo nas regiões escravistas: teriam existido, entre os séculos XVI e XVIII, duas estruturas históricas singulares, o Sistema Atlântico Ibérico e o Sistema Atlântico do Noroeste Europeu, aos quais a “crise geral da escravidão negra e do colonialismo no Novo Mundo na virada do século XVIII para o XIX, haveria colocado um fim, com o surgimento de uma nova temporalidade, o escravismo oitocentista<sup>47</sup>.

---

<sup>45</sup> MOORE, Jason, Capitalism as world-ecology: Braudel and Marx on environmental history. *Organization & Environment*, v. 16, n. 4, pp. 431-458, 2003. pp. 445-447

<sup>46</sup> Id. 2000, p. 412

<sup>47</sup> BERBEL, Marcia; MARQUESE, Rafael; PARRON, Tâmis. *Escravidão e política: Brasil e Cuba, c. 1790-1850*. São Paulo, Hucitec: Fapesp, 2010. p. 17. Em traços esquemáticos tais sistemas poderiam ser caracterizados pelos seguintes elementos: para o Ibérico, a fraqueza estrutural das economias metropolitanas, que eram dependentes de capitais estrangeiros para realizar a colonização; a organização dos processos de produção entre vários proprietários, como no caso da cana, entre plantadores e senhores de engenho; a recomposição e reprodução da força de trabalho colonial através do *asientos*, a complexidade de quadro societário, que contava diversos graus de status sociais, em razão da malha jurídica em relação aos nativos e da práticas de alforria; e, por fim, pela ideologia da escravidão baseada na Segunda Escolástica, ou seja, na releitura quinhentista da tradição filosófico-

Esta apreensão opera golpes teóricos importantíssimos: de saída, complexifica a percepção de Tomich; em lugar de uma única cisão na estrutura temporal da escravidão haveriam ao menos duas a serem destacadas no período formativo da economia-mundo capitalista (séculos XVI a XVIII), uma entre o Sistema Atlântico Ibérico e o Sistema Atlântico do Noroeste Europeu e aquela que se interpõe entre estes dois e o Terceiro Atlântico, a Segunda Escravidão de Tomich<sup>48</sup>. Assim, os autores corrigem a apreensão incorreta de que toda e qualquer escravidão anterior a passagem do século XVIII para o XIX seria parte de uma “Primeira Escravidão”, pois inserem o elemento da cultura política e das diferentes trajetórias socioeconômicas para divisar dois sistemas que, apesar de não terem surgido ao mesmo tempo – os autores datam a montagem do sistema ibérico a partir da metade século XVI<sup>49</sup>, e do sistema do noroeste europeu a partir do primeiro quarto do século XVII – foram coevos em seus ritmos distintos, em uma totalidade, a economia-mundo, que não era homogênea em suas temporalidades<sup>50</sup>. Assim, a própria integração mais profunda dos circuitos produtivos no século XIX é ela mesma um dado historicamente construído e não uma invariante do cenário atlântico.

Em síntese, pensamos nossa unidade de análise, a economia-mundo capitalista do Atlântico, a partir de uma totalidade por relação, cuja dinâmica no período estudado (1765-1810) engendrava e era engendrada pela interação transformativa entre o centro do sistema que se estabelecia, a Inglaterra, em sua relação com os Sistemas Atlânticos em seu momento de crise, de modo que as cadeias de *commodities* eram reconfiguradas, a partir dos movimentos substantivos das fronteiras de *commodities*. Tal conjunto de transformações nos circuitos produtivos alterava as condições de realização do capital escravista-mercantil, dialetizado por suas contradições internas, no que pode ser compreendido como uma nova formulação da escravidão, a Segunda Escravidão. A fim de conferir matizes a esta proposição generalista, faremos uma abordagem desses movimentos a partir da unidade de observação, o Rio Grande de São Pedro, em uma tentativa de realizar uma história simultaneamente global e regional,

---

teológica católica, que provinha uma teoria não propriamente racialista, mas que justificava a escravidão a partir de releituras aristotélicas; para o do Noroeste europeu, a agricultura altamente capitalizada, com processo de produção tendencialmente centralizado em apenas um proprietário e empuxo à monocultura (o que provocava, por sua vez, escassez de alimentos); desequilíbrio demográfico profundo entre uma maioria negra escravizada e poucos proprietários brancos; pelo papel central dos agentes comerciais metropolitanos, por meio da ação das companhias monopolistas; e, por fim, pela argumentação ideológica de teorias raciais, tais como a teoria dos climas, esposada por Montesquieu. Ver Ibid. pp. 33-51.

<sup>48</sup> Ibid. pp. 14-15

<sup>49</sup> Ibid. p. 33

<sup>50</sup> Ibid. pp. 42-43

considerando a inserção desigual desta região na totalidade do Atlântico, enquanto produtora escravista de *commodities* para o abastecimento de outras regiões em que a forma de exploração dominante era também escravista.

## 1.2 Do Método Serial

Nossa metodologia vale-se de uma longa tradição na história econômica e social do trabalho. Procuramos fontes “de caráter massivo e reiterativo”<sup>51</sup>, a fim de produzir séries quantitativas, a partir das quais pudéssemos realizar o artesanato da história. Falamos em artesanato, pois há algo de produção no trabalho que realizamos, para além de reflexão, descrição e representação; se fez necessário extrair dos documentos informações que não estão presentes em sua materialidade: as séries não são fruto da leitura do documento, mas da opção deliberada do pesquisador em construir tramados a partir de indícios para os quais nos atentamos, em parte assentados em um corpo de conhecimento já estabelecido, em parte por inquietações que surgem no fazer historiográfico.

Contudo, não poderíamos pensar que as séries encerram em si mesmas alguma verdade unívoca, antes são ferramentas para destrincharmos o novelo da história social, elas “serve[m] de suporte à história no sentido mais profundo, o das classes sociais na dinâmica de seus antagonismos”.<sup>52</sup> Não basta que descrevamos, é preciso dar corpo e vida aos números, ir do concreto (documento), para o abstrato (série) e tornar ao concreto (narrativa histórica), a fim de nos aproximarmos de uma compreensão das tensões e contradições que mobilizaram um dado quadro social. Evidentemente, é necessário não reificar os agrupamentos que fazemos entre os documentos e não dotar as classes narrativamente de vontades ou interesses<sup>53</sup>, mas é também importante atentarmos para a dinâmica de conjunto, mesmo para que sejam, posteriormente, avaliadas as trajetórias particulares. A partir deste conjunto de questões, concluímos que o aporte teórico seria a história social, aquela que “se refere ao homem (sic.) enquanto membro de grupo social e socialmente determinado”<sup>54</sup>.

---

<sup>51</sup> OSÓRIO, Helen. *Estancieiros, lavradores e comerciantes na constituição da estremadura portuguesa na América: Rio Grande de São Pedro, 1737-1822*. Niterói: UFF, Tese de Doutorado, 1999, p. 36. FARINATTI, Luís Augusto. Construção de séries e micro-análise: notas sobre o tratamento de fontes para a história social. *Anos 90*, v. 15, n. 28, pp. 57-72, 2008, p. 57.

<sup>52</sup> SOBOUL, Albert. Descrição e medida em história social. *Revista de História*, v. 37, n. 75, p. 178

<sup>53</sup> FARINATTI, 2008, pp. 62-63.

<sup>54</sup> SOBOUL, op. cit., pp. 177.

A fim de avaliar tais conjuntos selecionamos os inventários *post-mortem*, por várias razões. Em primeiro lugar, aquelas de ordem concreta, em razão das condições materiais de realização desta pesquisa. Este projeto começou ainda em fins de 2020, durante a pandemia de COVID-19; o arquivo físico, portanto, estava inacessível. Por essa razão, buscaram-se fontes digitalizadas: isso significou a utilização do catálogo produzido em 2010 pelo Arquivo Público do Rio Grande do Sul (APERS), por meio do Projeto Documentos da Escravidão.

Em segundo lugar, sua força metodológica: a larga utilização deste tipo de fonte, cuja regularidade permitia criar avaliações seriadas, não apenas solidificou a metodologia o campo da História Econômica e Social da Escravidão no Brasil, mas abriu caminho para formulações originais e perguntas com grande potência explicativa<sup>55</sup>. Neste sentido sua utilização se coaduna com a noção de uma história social que busca compreender uma dada totalidade por relação, já que sem pretender esgotar os dados sobre uma dada população, procuram-se as relações de propriedade que estruturavam as dinâmicas socioeconômicas da formação social estudada.

Portanto, por meio do tabelamento destes dados, a partir do recorte proposto pelo próprio catálogo, formularam-se séries referentes a preços, composição demográfica e estrutura de posse do Capital Escravista-Mercantil. Eventualmente foi necessário, para além do cálculo das médias anuais, realizar o cálculo de médias trienais, quinquenais ou decenais, a depender da disponibilidade dos dados, tais casos estão propriamente indicados. Foram calculados os coeficientes de Gini e os Coeficientes de Correlação, tal como utilizados na bibliografia indicada.

---

<sup>55</sup>Ver especialmente SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial 1550-1835*. Vol. 456. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, pp. 357-367; FLORENTINO, op. cit. pp. 305-318; OSÓRIO, 1999, pp. 230-240; ALADRÉN, Gabriel. *Sem respeitar fé nem tratados: escravidão e guerra na formação histórica da fronteira sul do Brasil (Rio Grande de São Pedro, c. 1777-1835)*. Niterói: PGH/UFF, 2012. 2012, pp. 92-102; VERSIANI, Flávio Rabelo; NOGUERÓL, Luiz Paulo Ferreira. *Muitos escravos, muitos senhores: escravidão nordestina e gaúcha no século XIX*. São Cristóvão: Editora UFS; Brasília: Editora UNB, 2016, pp. 163-173.

## CAPÍTULO II – VIOLENTOS ACORDES E LINHAS ASCENDENTES

### 2.1 Séries de Precificação e Realidade Histórica

Principiamos pela precificação por compreender sua riqueza enquanto material documental que - além de longínquo, capaz de produzir longas séries - pode nos sugerir uma observação das transformações que se operam em seus contextos sociais; “algo como um sismógrafo” a registrar os abalos socioeconômicos<sup>56</sup>. Apesar disto, não poderíamos tomá-las como uma resposta, antes uma pergunta a ser colocada sobre quais as dinâmicas sociais que estão em jogo<sup>57</sup>. Nossa série principia no ano de 1765 e finaliza em 1810, mas qual o panorama relevante para compreendermos sua significação?

O cenário e o roteiro da primeira década em tela (1765-1775) – quando a precificação das pessoas escravizadas flutuou de maneira decrescente, conforme demonstra o Gráfico 1 - foram interpretados como crise, por coevos e por parte da historiografia<sup>58</sup>. A Guerra dos Sete anos (1756-1763), em primeiro plano, havia posto a descoberto a fragilidade político-militar da Coroa lusa. Não apenas por conta da invasão do reino em 1762, por parte da Espanha, repelida com apoio inglês, mas também em razão da longa contenda com a Coroa hispânica pelos limites da fronteira meridional americana - que dada a anulação do Tratado de Madrid em 1761, pelo Tratado de El Pardo, havia sido invadida<sup>59</sup>.

Conquistada em 1763, a cidade de Rio Grande seria recuperada dos espanhóis apenas em 1776, via *manu militari*, posteriormente reconhecida pelo Tratado de Santo Ildefonso. A paz imposta pelos ingleses em 1763, portanto, não havia garantido o controle do território aos

---

<sup>56</sup> FISCHER, David Hackett. *The great wave: Price revolutions and the rhythm of history*. New York: Oxford University Press, 1996. pp. xiii. Fischer recupera uma metáfora de Marc Bloch, que nomeia o prefácio de seu livro. O autor francês, em artigo para a *Annales d'Histoire Économique et Sociale*, sugeriu que os movimentos monetários poderiam ser entendidos como um dos registros mais sensíveis disponíveis aos historiadores. Ver BLOCH, Le problème de l'or au moeyn age. *Annales d'Histoire Économique et Sociales*. 5 (19), pp. 1-34, 1933, p. 1

<sup>57</sup> BRAUDEL, Fernand; SPONNER, Frank C. Prices in Europe from 1450 to 1750. In: RICH, E.; WILSON, C. (eds.) *The Cambridge Economic History of Europe from the Decline of the Roman Empire v. 4*. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 374-486, 1967. pp. 374-376.

<sup>58</sup> MAXWELL, Kenneth. A Devassa da devassa: a Inconfidência Mineira, Brasil-Portugal, 1750-1808. *Rio de Janeiro: Paz e Terra*, 1985. pp. 65-70.; BERBEL; MARQUESE; PARRON, 2010. pp. 75-76 e 79-80. MARQUESE, Rafael de Bivar. Feitores do corpo, missionários da mente. *Senhores, letrados e o controle dos escravos nas Américas, 1660-1860*, São Paulo: Companhia das Letras, 2004. pp. 170-174. SCHWARTZ, 1988. pp. 337-340.

<sup>59</sup> ALADRÉN, 2012. pp. 137-141.

lusitanos e tampouco acalmara os agentes coloniais<sup>60</sup>. Tais derrotas militares punham em questão a própria capacidade de manutenção das fronteiras do vasto Império português e sugeriam que a aliança militar anglo-portuguesa era profunda e, simultaneamente, perigosa, visto que a percepção dos círculos políticos lusitanos é que - fosse mantida a situação como estava, um Portugal dependendo da proteção militar inglesa - poderia ser uma questão de tempo até que a colônia americana fosse invadida por seu então aliado<sup>61</sup>.

Não devemos compreender com isso apenas uma tensão que prejudicava o comércio e criava uma expectativa de difícil realização do valor, mas também como uma ameaça à propriedade das pessoas escravizadas em si, posto que a situação de guerra colocava em risco a manutenção da posse. Em primeiro lugar, os cativos, em atos de resistência, realizavam fugas durante as desorganizações das unidades produtivas e, em segundo lugar, tanto prometer liberdade aos escravos fugidos, quanto capturar escravos a fim de desestruturar os circuitos econômicos dos rivais, eram táticas de guerra utilizadas pelos impérios beligerantes. Mesmo a diplomacia, usualmente mantida, de devolução das pessoas escravizadas que haviam fugido, foi rompida durante os dois ciclos de batalhas luso-espanholas do período, entre 1762-1763 e 1775-1777<sup>62</sup>. Tal insegurança da propriedade, é um dos fatores fundamentais para compreendermos a queda de preços observada no Gráfico 1, entre 1765 e 1775.

Em segundo plano, a interdependência econômica desigual<sup>63</sup> em relação aos ingleses a que os letrados portugueses se percebiam submetidos foi uma das motivações para o ciclo de reformas, encabeçada por Sebastião José de Carvalho e Mello - o Marquês de Pombal -, cujo processo de reorganização deu-se tanto sobre o comércio colonial quanto sobre os setores produtivos e exportadores da colônia<sup>64</sup>, em uma tentativa de “reter o capital dentro de seu próprio sistema econômico”<sup>65</sup>. Medidas de proteção e negociação econômica foram adotadas, tais como a criação das companhias monopolísticas do Grão Pará e Maranhão e de Pernambuco e Paraíba e o fim do sistema de frotas em 1765, a fim de fortalecer a posição dos representantes

---

<sup>60</sup> PINTO, Virgílio Noya. *O ouro brasileiro e o comércio anglo-português: uma contribuição aos estudos de economia atlântica no século XVIII*. São Paulo: Ed. Nacional, 1979. pp. 317-321.

<sup>61</sup> MAXWELL, op. cit, pp. 54-58.

<sup>62</sup> ALADRÉN, 2012, pp. 134 e 141-147.

<sup>63</sup> Acompanhamos a conceituação de Cardoso, mas qualificamos a interdependência como desigual para manter em perspectiva o desenvolvimento desigual e combinado. Ver CARDOSO, António Barros. Portugal e a Inglaterra nos tempos modernos. *Revista da Faculdade de Letras: História*, 04, pp. 37-58, 2003. p. 56.

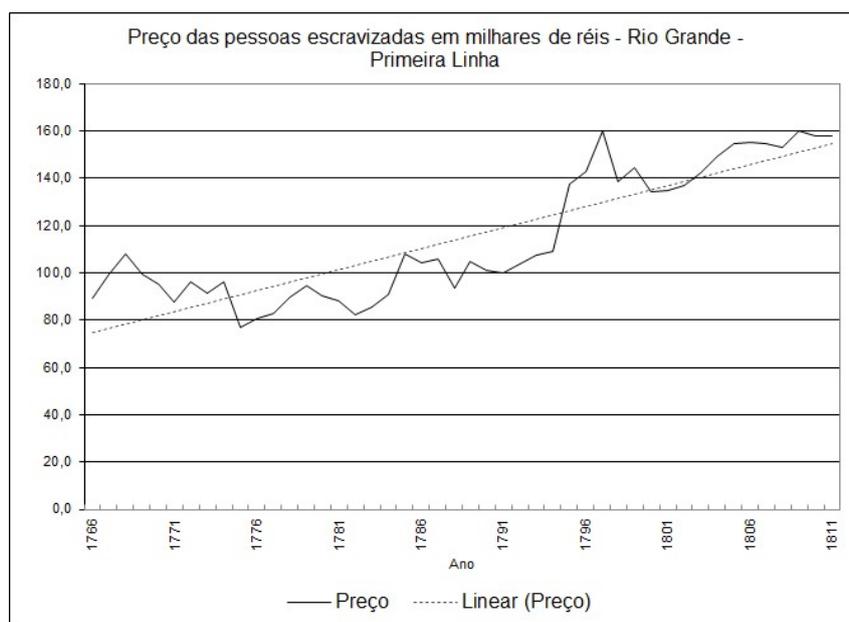
<sup>64</sup> PEDREIRA, Jorge M. From growth to collapse: Portugal, Brazil, and the breakdown of the old colonial system (1760-1830). *Hispanic American Historical Review*, v. 80, n. 4, pp. 839-864, 2000 pp. 840-846

<sup>65</sup> MAXWELL, 2013. p. 73

do capital mercantil luso e brasileiro frente a seus congêneres ingleses. Ora, a penetração inglesa - legal e ilegal - no comércio da metrópole e da colônia - um processo de longa duração histórica, cujas relações sociais encontraram formalização nos tratados de 1654 e 1703, assinados em situação de instabilidade e vulnerabilidade da política imperial portuguesa<sup>66</sup> - trazia consigo uma balança comercial pouco favorável para o reino luso e uma interconexão econômica com traços de submissão que mantinha inquietos os responsáveis por conceber a política imperial portuguesa do período<sup>67</sup>.

Em sinergia com as tensões diplomático-políticas, a diminuição do fluxo advindo dos veios auríferos brasileiros provocou uma crise de grandes proporções na economia lusa, que apesar de apenas insinuar-se em meados do século, já era plenamente perceptível em 1766<sup>68</sup>. A responsividade dos preços das pessoas escravizadas aos impactos da crise extrativa é evidente (ver Gráfico 1).

**Gráfico 1**



Fonte: Produção própria com base em excertos de 744 inventários *post-mortem* reproduzidos em ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (Brasil). *Documentos da Escravidão no Rio Grande do Sul, Inventários: O Escravo Deixado como Herança*, vol 1. Companhia Rio-grandense de Artes Gráficas

<sup>66</sup> AZEVEDO, João Lúcio de. *Épocas de Portugal Econômico: Esboços de História*. Lisboa: Clássica Editora, Lisboa, 1929. pp. 401-405 e 410-414; NOVAIS, 1989, pp. 17-23; MAXWELL, op. cit. p. 72; CARDOSO, 2003, pp. 39-43 e 53-56. Cardoso argumenta que a relevância do Tratado de 1703 para o setor vitícola português foi bastante reduzida, uma vez que as vantagens comparativas deste o colocavam em situação de destaque; no reverso da medalha, seu impacto destrutivo para a indústria têxtil portuguesa foi muito intenso, o que era previsto inclusive por John Methuen, diplomata inglês responsável pelas negociações do tratado que ficou conhecido por seu nome.

<sup>67</sup> PINTO, 1979, pp. 255-265; NOVAIS, op. cit. 18-19 e 26-29; MAXWELL, 1985. pp. 21-28.

<sup>68</sup> PINTO, op. cit. pp. 322-324; MAXWELL, op. cit. pp. 65-67; PEDREIRA, 2000, p. 840.

(CORAG). Porto Alegre, 2010. Disponível em: <https://www.apers.rs.gov.br/acervo-judiciario>. Acesso em: 20 fev. 2021. A “primeira linha” era composta pelos homens saudáveis de 20 a 29 anos<sup>69</sup>.

Ao dialogar com o argumento de Joseph Miller, percebamos um atrelamento da precificação das pessoas escravizadas - que evidentemente representaram uma das principais forças produtivas no intento colonizador, em especial em sua faceta exportadora - aos “ciclos de crescimento das exportações brasileiras”<sup>70</sup>. Neste sentido, se entre o fim do século XVII e meados do XVIII os preços haviam subido sobremaneira, conforme escalavam as quantidades de ouro extraídas – e mesmo a *expectativa* de sua extração –, reversivamente, verificou-se uma queda acentuada após a metade do século XVIII, que seria invertida apenas após as reformas de Carvalho e Melo<sup>71</sup>, no movimento de valorização das *commodities* agrárias que ficou conhecido como “renascimento agrícola”<sup>72</sup>.

O empuxo econômico deste “renascimento agrícola” brasileiro, do final do século XVIII, é um tema já bastante tradicional em nossa historiografia, mesmo em perspectiva atlântica - em sua correlação tanto com a Revolução Industrial, quanto com a Revolução do Haiti<sup>73</sup>. A agenda de pesquisa engendradora demonstrou o movimento de ignição dos setores produtivos de diversas áreas do Sistema Atlântico Ibérico: a expansão da produção açucareira em Pernambuco, Paraíba, Bahia, Sergipe, Rio de Janeiro e posteriormente São Paulo; da produção de tabaco no Recôncavo Baiano, no Maranhão, Pernambuco e Alagoas; do algodão em Pernambuco, no Maranhão e no Pará; do arroz no Maranhão, Pará e Rio de Janeiro; de café no Pará, Maranhão, Bahia, mas principalmente no Rio de Janeiro e, finalmente, de trigo e charque no Rio Grande do Sul<sup>74</sup>. Tal percepção foi empiricamente consubstanciada com as pesquisas arquivísticas, que demonstraram a retomada da vitalidade do setor agroexportador, baseado em uma intensa introdução mercantil de pessoas escravizadas nos centros produtivos brasileiros; no caso do Rio Grande sob a dinâmica distributiva da praça mercantil carioca, que

---

<sup>69</sup> Para a conceituação de primeira linha ver NOGUERÓL, 2003, pp. 99-116. Para as medidas e unidades de conta utilizadas ver BETHELL, Leslie. *Colonial Brazil*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987. p. viii.

<sup>70</sup> MILLER, Joseph C. Slave Prices in the Portuguese Southern Atlantic, 1600-1830. In: LOVEJOY, Paul Ellsworth, (ed.) *Africans in bondage: studies in slavery and the slave trade: essays in honor of Philip D. Curtin on the occasion of the twenty-fifth anniversary of African Studies at the University of Wisconsin*. African Studies Program, University of Wisconsin-Madison, pp. 43-77, 1986. pp. 43-44 e 53.

<sup>71</sup> Ibid. pp. 48-51

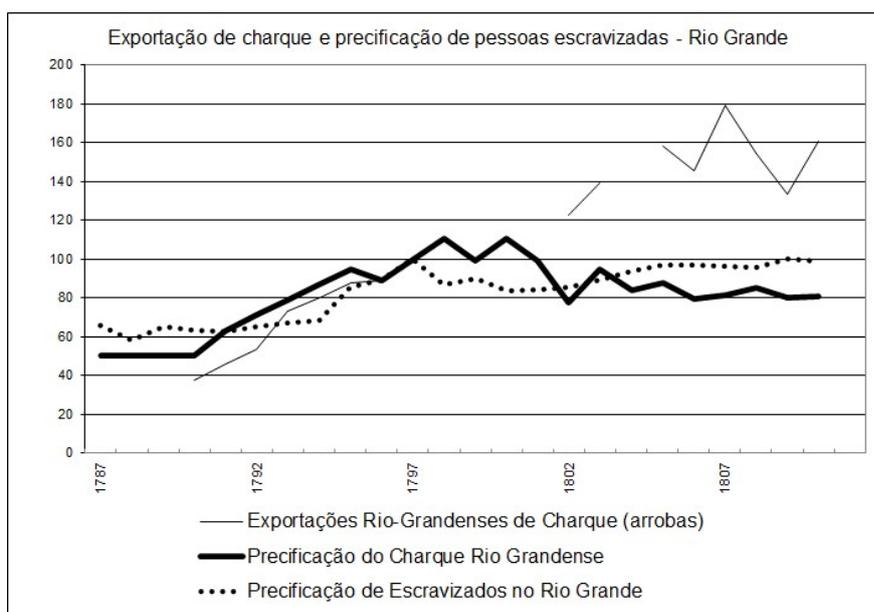
<sup>72</sup> ALDEN, Dauril. Late colonial Brazil, 1750-1808. In: BETHELL, Leslie. *Colonial Brazil*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987. p. 310

<sup>73</sup> PRADO JR., Caio. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Círculo do Livro, (s.d.) [1 ed. 1945]. pp. 83-92.

<sup>74</sup> ALDEN, op. cit., pp. 310-329; SCHWARTZ, 1988, pp. 342-347.

se transformava em “eixo central da reprodução do escravismo no sul-sudeste”<sup>75</sup>. A relevância dos mercadores cariocas no tráfico de seres humanos, entretanto, não evitava por completo que a concorrência interimperial por mão-de-obra escravizada tensionasse para cima os preços, estimulando uma equalização dos custos de trabalhadores entre os diferentes portos de embarque<sup>76</sup>.

**Gráfico 2**



Fonte: Para o preço das pessoas escravizadas, ver Gráfico 1. Para as exportações de charque a partir do Rio Grande e para a precificação do charque ver MENZ, Maximiliano M. *Entre dois impérios: formação do Rio Grande na crise do antigo sistema colonial (1777-1822)*. Tese de doutorado. São Paulo: USP, 2006, pp. 137 e 175. As séries de preço originalmente se encontravam em milhares de réis e a série de exportação em arrobas<sup>77</sup>. As séries foram convertidas em uma base comum, na qual 1797=100. As lacunas na precificação do charque foram completadas com médias aritméticas.

Por fim, esta dinâmica de espiral crescente de exportações diversificadas dialetizou-se, em sua faceta de demanda por trabalho, com o decorrente aumento dos preços das pessoas escravizadas no que Miller chamou de “Terceira Onda” – entre as três que ocorreram entre 1570 e 1830 - nos preços correntes de pessoas escravizadas, que elevou o preço a patamares que

<sup>75</sup> SILVA, Daniel B. Domingues da. The Atlantic Slave Trade from Angola: a Port-by-Port Estimate of Slaves Embarked, 1701-1867. *International Journal of African Historical Studies*. Vol. 46, No. 1, pp. 105-122. 2013. pp. 116-118; FLORENTINO, Manolo; RIBEIRO, Alexandre Vieira; SILVA, Daniel Domingues da. Aspectos comparativos do tráfico de africanos para o Brasil (Século XVIII e XIX). *Afro-Ásia*, 31, pp. 83-126. 2004. p. 90

<sup>76</sup> MILLER, 1986, pp. 56 e 66-69; SILVA, Daniel B. Domingues da. The Supply of Slaves from Luanda, 1768-1806: Records of Anselmo da Fonseca Coutinho. *African Economic History*. V. 38, pp. 53-76, 2010. p. 56. SILVA, 2013. p. 113.

<sup>77</sup> Para as medidas e unidades de conta utilizadas ver BETHELL, 1987. p. viii.

ainda não haviam sido alcançados pelas ondas anteriores<sup>78</sup>. É neste sentido que a o crescimento dos preços das pessoas escravizadas no Rio Grande encontrou-se em correlação direta com o crescimento da quantidade de charque exportada e do preço do charque, o que sugerimos no Gráfico 2 e na Tabela 1<sup>79</sup>.

**Tabela 1 - Correlações entre as exportações de charque, dos preços do charque e dos preços das pessoas no Rio Grande do Sul entre 1787 e 1807**

	Quantidade de charque exportado	Preço do Charque
Preço do Charque	0,718684198	
Preço das Pessoas Escravizadas	0,854557624	0,641024752

Fonte: Ver Gráfico 2.

Tal correlação demonstra que as variáveis cresciam conjuntamente, em uma dinâmica sinérgica. Sobre este último ponto, pesquisas recentes apontaram o aquecimento de sua economia, sobretudo ligado ao abastecimento de charque, carne salgada (como técnica de conservação), das áreas de *plantation*, produtoras de açúcar e tabaco, em particular Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco, e farinha de trigo para o Rio de Janeiro, fato que conectou as unidades produtivas estancieiras da região ao crescimento agrícola do final do século XVIII, o que se verificou não apenas a partir das taxas crescentes de exportação, do preço do charque e da mão de obra escravizada, mas também da disponibilidade de crédito na região, elemento que consubstancia as práticas de endividamento por parte dos comerciantes - que lastreava o aumento da produção<sup>80</sup>.

<sup>78</sup> Ibidem. pp. 44 e 51-53.

<sup>79</sup> SERENI, 1966, pp. 31-33. A correlação busca demonstrar uma conexão matemática. O índice varia de 0 a 1, sendo 0 uma desconexão total entre duas variáveis e 1 uma correlação absoluta. Os números superiores a 0,5 demonstram neste caso uma forte interdependência.

<sup>80</sup> OSÓRIO, 1999, pp. 173-178. MENZ, 2006, pp. 103-111. GIL, Tiago Luís. *Coisas do caminho: crédito, confiança e informação na economia do comércio de gado entre Viamão e Sorocaba (1780-1810)* – Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2020, pp. 271-275.

Em especial, o grande aumento verificado nos primeiros anos da década de 1790 nos remetem à Revolução do Haiti, em particular, dentro do contexto ultra inflacionário da crise revolucionária iniciada em 1789<sup>81</sup>. A ilha, sob domínio francês, havia passado por um processo de intensa aceleração produtiva no século XVIII, tanto em termos do açúcar produzido, mas - após 1750 -, sobretudo, do café, tornando-se, segundo estimativas, a região responsável pela produção de 50% das exportações deste artigo, em fins do século<sup>82</sup>. Ora, com a saída da região – tomada pelos revolucionários – do seu anterior lugar de centralidade nas exportações, o preço dos dois artigos passou pelo crescimento que comentamos, visto que a produção não acompanhou os ritmos do preço<sup>83</sup>. Nesta conjuntura, a produção brasileira de açúcar e café passou por uma intensificação e, dialeticamente, a produção do charque integrou as espirais de demanda dos centros de produção para a exportação.

## 2.2 Preços Coloniais e Interimperiais

Não poderíamos, contudo, conceber tal movimento ascendente na precificação em termos unilateralmente regionais. Apesar de já haveremos ressaltado a dinâmica interimperial no processo de alta dos preços, pensamos que sua avaliação em conjunto com as a precificação das *commodities* no mercado atlântico possa jogar luz sobre as relações entre a alavancagem que observamos entre as forças que entravam em sinergia com este aumento na produção agrícola. Conforme aferimos na documentação e expusemos no Gráfico 3 e na Tabela 2, tanto o preço das pessoas escravizadas no Rio Grande, quanto a precificação do charque - principal *commodity* produzida na região durante o período em questão (cuja série inicia no ano de 1787) - possuem altíssimo índice de correlação entre si e com as séries de preço do café de Java, do açúcar brasileiro e em menor grau com a série do café do Suriname no mercado de Amsterdam, de acordo com as séries formuladas por Posthumus, em 1946.

Nosso esforço busca situar esta nova dinâmica, que mobilizava as forças produtivas brasileiras, no campo mais amplo do economia-mundo atlântica. Em diálogo com as sugestões de Sereni, formulamos a matriz de correlação dos preços, a fim de demonstrar a conexão entre

---

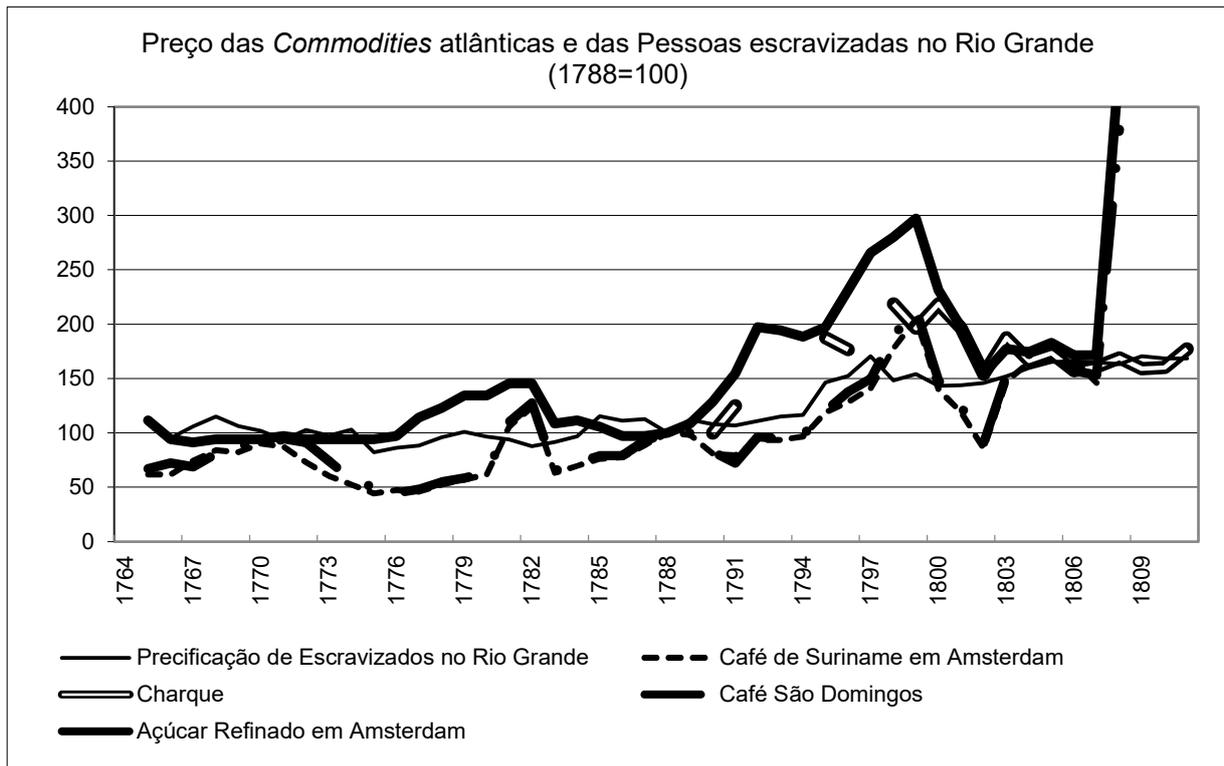
<sup>81</sup> FISCHER, 1996, pp. 152.

<sup>82</sup> TROUILLOT, Michel-Rolph. Motion in the system: coffee, color, and slavery in eighteenth-century Saint-Domingue. *Review (Fernand Braudel Center)*, v. 5, n. 3, pp. 331-388, 1982. pp. 335-337. MARQUESE, Rafael de Bivar. As origens de Brasil e Java: trabalho compulsório e a reconfiguração da economia mundial do café na Era das Revoluções, c. 1760-1840. *História (São Paulo)*, v. 34, pp. 108-127, 2015. pp. 111-112.

<sup>83</sup> *Ibid.*, pp. 113

os rumos das *commodities* e das pessoas escravizadas, forjada em relações que não se limitavam ao espaço americano, mas que eram verificáveis nos mercados europeus, tal como em nosso caso a Bolsa de Amsterdam, o que sugere que os diferentes pontos da economia-mundo se encontravam interligados em uma mesma constelação, em uma mesma economia de mercado<sup>84</sup>.

**Gráfico 3**



Fontes: Para a precificação de escravizados no Rio Grande e para a precificação do charque ver Gráfico 1. Para as demais séries POSTHUMUS, Nicolaas Wilhemus. *Inquiry into the history of prices in Holland*. vol. 1, Leiden: E.J. Brill, 1946, pp. 124-125, 182 e 186-187. Todas as séries foram convertidas em uma base comum, na qual 1788=100.

Não é de espantar que tal correlação tenha sido verificada por David Fischer, que havia comprovado o espraiamento dos links econômicos do mercado atlântico, particularmente no período que classificou também como “Terceira Onda”<sup>85</sup>. Contudo, esta terceira onda

<sup>84</sup> ELTIS, David; RICHARDSON, David. Os mercados de escravos africanos recém-chegados às Américas: padrões de preços, 1673-1865. *Topoi* (Rio de Janeiro), v. 4, pp. 9-46, 2003. pp. 34. BRAUDEL, 2009a, pp. 190-196. A centralidade dos mercados de Amsterdã e da Alemanha do Norte na determinação do preço das pessoas escravizadas em toda a América reforça o argumento que desenvolvemos aqui. Tanto no que diz respeito a existência de uma economia de mercado comum, quanto à concretude das relações desiguais nas determinações dessa economia, ou seja, a determinação de centros, nos quais se verificava a atração dos capitais.

<sup>85</sup> FISCHER, 1996, pp. 120-121

enquadra-se nas quatro longas ondas inflacionárias que o autor encontrou nas consonâncias dos preços da economia-mundo europeia<sup>86</sup>.

**Tabela 2 - Coeficientes de Correlação entre *commodities* atlânticas e preços das pessoas escravizadas no Rio Grande (1787-1807)**

	Pessoas Escravizadas no Rio Grande	Açúcar Refinado em Amsterdam	Preço do Charque	Açúcar Brasileiro em Amsterdam
Pessoas Escravizadas no Rio Grande	1			
Açúcar Refinado em Amsterdam	0,745742696	1		
Preço do Charque	0,641024752	0,840412561	1	
Café de São Domingues em Amsterdam	0,774471153	0,580372834	0,260190747	1
Açúcar Brasileiro em Amsterdam	0,681979957	0,978046145	0,746493717	0,506461493

Fontes: Ver Gráfico 3

Evidentemente tais movimentos estruturais de duração secular não se deram de maneira homogênea no espaço-tempo. Ora, nós acabamos de demonstrar os efeitos do cenário crítico da metade do século XVIII para o caso da América portuguesa, um movimento conjuntural contra-tendencial, que Fischer não desconsiderou<sup>87</sup>. Ainda assim, pensamos ser importante verificar que as tendências, encontram seu lugar também nas dimensões locais, não a despeito, mas por causa da ação dos sujeitos históricos. Defendemos esta posição, pois concordamos com o argumento de Maxwell quanto ao fato de que as políticas pombalinas, apesar de não darem conta por completo das tensões existentes na Europa e mesmo de produzirem tantas outras, foram relativamente bem sucedidas no que diz respeito à tentativa de inversão da balança comercial anglo-portuguesa a partir da década de 1770, bem como à diversificação nas relações econômicas do reino com o restante da Europa<sup>88</sup>, o que não deixou de ser percebido pelos

<sup>86</sup> Ibid., pp. 3-5. A primeira situar-se-ia em fins do século XII até o princípio do século XIV; a segunda “revolução de preços” teria acontecido no final do século XV e terminado em meados do XVII; a terceira – que aqui observamos –, por sua vez, principiará em 1730 e deslocar-se-ia até as Guerras napoleônicas; por fim, a quarta onda, iniciada em 1896, permaneceria em atividade ao menos até a publicação de sua obra *The Great Wave: Price Revolutions and the Rhythym of History*, em 1996, contando apenas com um interstício entre 1920 e 1930.

<sup>87</sup> Ibid. p. 121.

<sup>88</sup> MAXWELL, 2013, pp. 81-83; MAXWELL, 1985, pp. 70-76; SCHWARTZ, Stuart B. A Economia do Império Português. In: BETHENCOURT, Francisco; CURTO, Diogo Ramada Curto, (eds.), *A expansão marítima portuguesa, 1400-1800*, Lisboa: Edições 70, pp. 21-51 2010. pp. 45-47.

agentes comerciais ingleses<sup>89</sup>. Ou seja, o planejamento da política econômica dos agentes metropolitanos conseguiu inserir o Sistema Atlântico Ibérico em uma relação ao mesmo tempo mais profunda, de maior infiltração dos produtos luso-brasileiros nos mercados europeus, mas também altamente transformativa com o Sistema Atlântico do Noroeste Europeu.

Com isso não queremos, contudo, dizer que a interdependência desigual era passado, afinal em fins do século XVIII a economia portuguesa permanecia fortemente escorada nas reexportações dos produtos coloniais americanos, que haviam apresentado fortíssimo crescimento, bem como nas exportações de manufaturados para a América portuguesa, somadas a um cenário bastante peculiar do comércio internacional, no qual as importações dos britânicos cumpriam papel determinante<sup>90</sup>. Se, por um lado, portanto, temos de admitir que a “prosperidade” do Império português na virada do século XVIII foi produto e produtora de uma situação muito delicada, no reverso da medalha, é importante que - dialeticamente - observemos que esta mesma dinâmica de acumulação de capitais, cujo enquadramento colocava o Brasil como o “coração” pulsante do Império<sup>91</sup>, foi parte do processo de produção das condições de sua própria transformação, formalizada com a abertura dos portos após a chegada da família real à colônia, em 1808, em um contexto de pressões por um relacionamento comercial direto entre Inglaterra e Brasil, pois o cenário constituído oferecia uma interessantíssima posição para aqueles agentes comerciais que pudessem realizar a reexportação dos produtos tropicais do Brasil e que em retorno pudessem realizar o comércio de importações brasileiras de manufaturados, oposição que tornou-se muito atrativa para os mercadores ingleses<sup>92</sup>.

Deste modo, compreendendo que estamos diante de um processo de forte integração econômica entre o Sistema Atlântico Ibérico e o Sistema Atlântico do Noroeste Europeu. Cabe questionar como apreender teoricamente este movimento de deslocamento das relações substantivas da economia-mundo capitalista. A solução parece ser a observação que Giovanni Arrighi apresenta sobre o movimento descontínuo do centro do sistema. Na interpretação do economista italiano, a transição do século XVIII para o XIX situar-se-ia no chamado Ciclo de Acumulação Inglês, durante o “Longo Século Dezenove”, que seria um pouco mais extenso do que haveria proposto Hobsbawm<sup>93</sup>, indo da crise sinalizadora do Ciclo de Acumulação

---

<sup>89</sup> MAXWELL, 1985, p. 55.

<sup>90</sup> PEDREIRA, 2000, pp. 846-850. NOVAIS, 1989, 287-293.

<sup>91</sup> SCHWARTZ, op. cit. p. 47. SCHWARTZ, 1988, pp. 348 – 350.

<sup>92</sup> MAXWELL, op. cit., pp. 75-77; MAXWELL, 2013, p. 75.

<sup>93</sup> HOBBSAWM, Eric J. *A era dos impérios*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. pp. 19-27

Holandês, em 1740, até a crise terminal do Ciclo de Acumulação Inglês, em 1930<sup>94</sup>. Ou seja, a Inglaterra ganhava terreno, não apenas em função de seus ganhos comerciais com as trocas com seu parceiro lusitano - como já argumentamos-; ou unicamente pela fortíssima produção tropical das colônias antilhanas, ou mesmo unilateralmente pelo salto na produção industrial, mas também pelo processo de fortalecimento do capital usurário, crescente e cada vez mais eficaz frente a seu concorrente mais relevante, o capital holandês<sup>95</sup>.

Portanto, se, por um lado, o fortalecimento da balança comercial portuguesa, dada a inserção da produção colonial nos circuitos europeus, apontava, em certo sentido, para a aplicação efetiva de políticas “neomercantilistas” ou ainda da prática de um “nacionalismo econômico”<sup>96</sup>, que fortalecia o escravismo nas Américas, por outro, essas mesmas políticas promoveram a formulação de uma conjuntura na qual outro centro de poder que não a Coroa portuguesa pôde atrair recursos, dada a sua crescente centralidade no circuito dos capitais, que não apenas excitavam-se com a obtenção de matérias-primas cada vez mais abundantes e mais baratas, mas também com a possibilidade de participar do abastecimento colonial na América portuguesa. É neste sentido que o Ciclo Inglês de Acumulação de Arrighi encontra a Segunda Escravidão de Tomich: a reformulação da correlação de forças na arena internacional - com mercado e indústria ingleses fortalecidos em sua capacidade de centralizar capitais - colocava como possibilidade histórica, para os demais sujeitos políticos dos complexos imperiais, o recrudescimento das relações escravistas – que esmiuçaremos nos próximos capítulos - como forma de responder às demandas de *commodities* e procurar partilhar com a Inglaterra as espirais de valorização do valor.

A amarração dos argumentos que nós temos avançado com nossa observação empírica o crescimento dos preços das pessoas escravizadas, em consonância com os preços internacionais das mercadorias traficadas no Atlântico, é a avaliação de que a onda crescente nos preços internacionais de *commodities* e de mão de obra foi puxada pela demanda<sup>97</sup>. Não por acaso, no momento da transição entre Ciclos de Acumulação, os salários na Inglaterra e nos Países Baixos distanciaram-se de maneira ascendente daqueles praticados nas outras

---

<sup>94</sup> ARRIGHI, Giovanni. *The long twentieth century: Money, power, and the origins of our times*. verso, 1994. pp. 219-222

<sup>95</sup> *Ibidem*, pp. 163-166.

<sup>96</sup> MAXWELL, 2013, pp. 65-66 e 73.

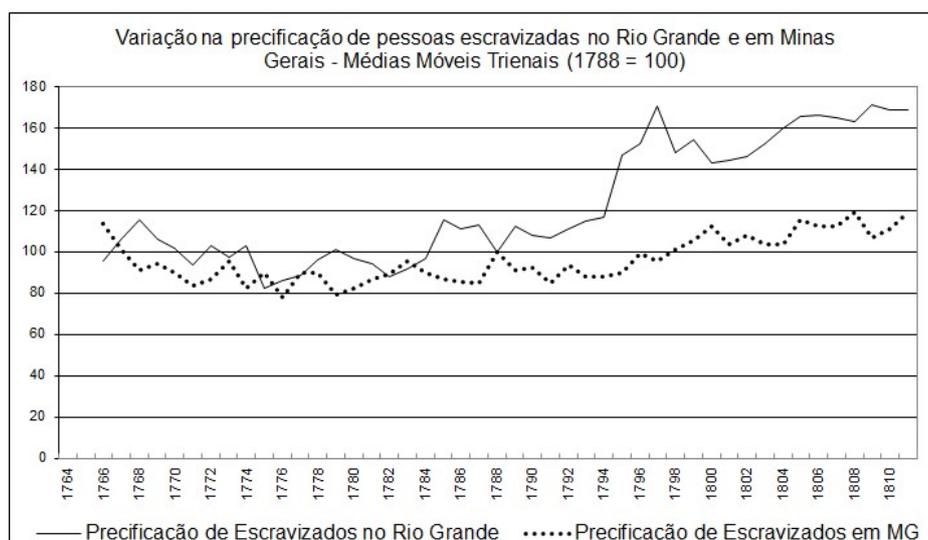
<sup>97</sup> FISCHER, 1996, pp. 123-126. ELTIS; RICHARDSON, 2003. p. 36.

localidades da Europa no período em tela, sugerindo uma pressão de demanda mercantil<sup>98</sup>. Conclusivamente, se esta “Grande Divergência”, nos termos de Robert Allen, com relação aos salários do Noroeste europeu pode ser considerada, não necessariamente uma qualificação no “padrão de vida”, mas um avanço da mercantilização das relações de reprodução material da existência - produto e produtor das tendências inflacionárias seculares - torna-se razoável inferir que ela contribuía também para a expansão da demanda dos produtos agrários atlânticos e, conseqüentemente, das forças produtivas que realizavam o valor.

### 2.3 Tendências e Contratendências

Em antecipação às críticas que poderiam nos ser feitas a respeito da subsunção das particularidades regionais a uma tendência estrutural global, apresentaremos um contraexemplo, a fim de demonstrar novamente o caráter específico das condições e determinações históricas nas quais se opera essa transformação. Nosso caso de conjuntura específica é o de Minas Gerais. Para a região, Bergad, em 2004, publicou uma série de preços de pessoas escravizadas que coincide temporalmente com a que produzimos; suas particularidades e a especificidade de sua contraposição pode ser verificada no Gráfico 4.

**Gráfico 4**



<sup>98</sup> ALLEN, Robert C. The great divergence in European wages and prices from the Middle Ages to the First World War. *Explorations in economic history*, v. 38, n. 4, pp. 411-447, 2001. pp. 411-413 e 416-417.

Fonte: Preços no Rio Grande ver Gráfico 1, preços em Minas Gerais ver BERGAD, Laird W. *Escravidão e história econômica: Demografia de Minas Gerais, 1720-1888*. Bauru, SP: EDUSC, 2004, pp. 356-357. As séries foram convertidas em uma base comum, na qual 1788=100. Os dados de Bergad referem-se aos homens saudáveis entre 15 e 40 anos, ajustamos nossa série de acordo.

À primeira vista, salta aos olhos o crescimento muito acelerado na precificação no Rio Grande. A expansão dos preços do charque e do trigo podem ser fatores que ajudem a o aumento dos preços das pessoas; já demonstramos sua correlação intensa com a precificação do charque, mas para os dados do trigo, uma excelente avaliação é a de Menz (2006). Em sua tese o autor comprova a estreita relação entre as quantidades e preços dos produtos de exportação e do crescimento da população cativa em contraposição com a livre, o que ele toma por indicativo de crescimento econômico<sup>99</sup>. Sua investigação resultou em uma periodização que, em grande parte, coaduna com os resultados que apresentamos aqui: entre 1791 e 1795 verifica-se uma expansão econômica e entre 1796 e 1810, estabilização<sup>100</sup>. Acrescentaríamos, entretanto, que o movimento de expansão começa ainda antes, já na segunda metade da década de 1770, ainda que a década de 1790 tenha especial relevo. Quais as condições que garantiam essa expansão? Buscaremos, no Capítulo III, realçar a centralidade da expansão da fronteira, da concentração da propriedade e das relações conflitivas entre senhores e escravizados, mas certamente já existem indícios muito relevantes, em termos de crescimento dos rebanhos bovinos, de que o avanço da fronteira agropastoril teve uma relevância muito acentuada<sup>101</sup>.

Em contraste, a curva mineira - apesar de após 1778 entrar, *grosso modo*, na tendência ascendente - possui um ritmo próprio. Primeiramente, sua ascensão foi muito mais gradual; entre o ápice e a queda do surto minerador, entre aos anos de 1715 e 1780, ocorreu uma primeira fase de expansão nas duas primeiras décadas, e uma queda intensa após a década de 1750, com a baixa histórica em 1780, ao cabo do que a lenta recuperação dos preços ocorreu entre 1781-1817. Em segundo lugar, observemos duas características muito peculiares: ao contrário da tendência rio-grandense, ocorreu, entre 1780 e 1817, uma redução de 20% no total da população escravizada em Minas Gerais e as turbulências político-econômicas do quadro ampliado do Atlântico exerceram efeitos muito reduzidos na série de Bergad<sup>102</sup>. Ora, este espaço social, em

---

<sup>99</sup> MENZ, 2006, pp. 133-141. Nossos dados estão também de acordo com os resultados apresentados por Aladrén, de modo que, aplicado os mesmos parâmetros que o historiador, encontramos médias muitíssimo semelhantes, cf. ALADRÉN, 2012, pp. 113 – 115. Contudo, o autor evita extrair maiores conclusões, o que acaba por limitar nosso diálogo.

<sup>100</sup> MENZ, op. Cit., p. 142

<sup>101</sup> OSÓRIO, 1999, pp. 56 e 111-115

<sup>102</sup> BERGAD, op. cit. pp. 246-248.

que a *fronteira de commodity* do ouro – em termos de espaços passíveis de apropriação economicamente viável<sup>103</sup> - encontrava-se em cristalização e, no limite em retração, teve uma trajetória muito distinta daquela do Rio Grande, que se integrou com menos resistência e participou com muito mais vigor na produção dos ritmos da economia-mundo.

Novamente, o caráter diferencial dos movimentos dos sistemas atlânticos aparece. Os nódulos produtivos das redes comerciais não são estimulados com a mesma intensidade e podem mesmo apresentar tendências contraditórias ao longo do tempo. Por conta desta constatação, devemos manter em mente que os processos não lineares das temporalidades do capital, mas que podem ser compreendidas com a investigação substancial e de sua compreensão em relação a uma totalidade concreta e, portanto, contraditória. Em nosso caso talvez seja mesmo possível pensar em uma “Pequena Divergência” – dada nos preços coloniais de cativos - que, por seu turno, seria parte das forças que se dinamizaram no movimento da “Grande Divergência”, produto e produtor de uma dinâmica de reciprocidade.

Deste modo, podemos compreender que as tendências globais interagem com o quadro específico de relações das economias-políticas imperiais, construindo circuitos produtivos novos, tal como foi o caso deste período em que a exportação do charque no Rio Grande do Sul dinamizada pelos agentes da colônia, entrou em sinergia com a crescente de preços internacionais, de modo a ativar economicamente a região, efeito que coproduziu e foi reversivelmente coproduzido por uma escalada dos preços e dos custos do mão de obra escravizada. Se no caso inglês tal dinâmica significou uma expansão de demanda de mercado, apesar de os salários não estarem crescendo; no caso rio-grandense resultou em uma alta no preço das pessoas escravizadas, ambos os movimentos coexistindo em uma relação dialética com o aumento dos preços das *commodities* tropicais<sup>104</sup>.

---

<sup>103</sup> RUSSEL-WOOD, Anthony J. R. Colonial Brazil: the gold cycle, c. 1690-1750. In: BETHELL, Leslie (ed). *History of Latin America*. Vol. II. Cambridge: Cambridge University Press, 1984, pp. 570-571 e 580-581.

<sup>104</sup> MINTZ, Sidney Wilfred. *O poder amargo do açúcar: produtores escravizados, consumidores proletarizados: coletânea de artigos de Sidney W. Mintz*. Editora Universitária UFPE, 2003. pp. 140-143.

## CAPÍTULO III – RITMOS SÍNCRONOS DE PONTO E CONTRAPONTO

### 3.1 Composição Demográfica e Tráfico Transatlântico de Pessoas

Quais relações são verificáveis na interação entre a dinâmica do mercado de *commodities* que descrevemos e os movimentos do comércio transatlântico de pessoas escravizadas com direção ao Rio Grande?

É conhecido há muito tempo o argumento de que com o tráfico transatlântico de escravos, uma transferência de excedentes seria realizada da região onde o rapto e a razia aconteciam para aquela em que a expropriação do trabalho se efetivaria. A razão apontada é dupla: em primeiro lugar, o custo de transação (considerando uma relação mercantil) é calculado sobre os custos de combate, captura, transporte e manutenção durante a travessia – o que não corresponde ao custo da *produção social* do sujeito, pois sua comunidade investiu muito mais trabalho em seu desenvolvimento e é, evidentemente, subtraída sem qualquer equivalência; a acumulação primitiva desta pessoa apta a trabalhar dá-se como um violência fundante que não é sujeita à lógica da troca de equivalentes. Em segundo lugar, tal violência coloca problemas à *reprodução social* do grupo de origem como um todo, posto que o tráfico transatlântico da Idade Moderna se concentrava em pessoas em idade produtiva que não poderiam, portanto, aplicar sua força em atividades que reproduzissem materialmente a comunidade na qual cresceram<sup>105</sup>.

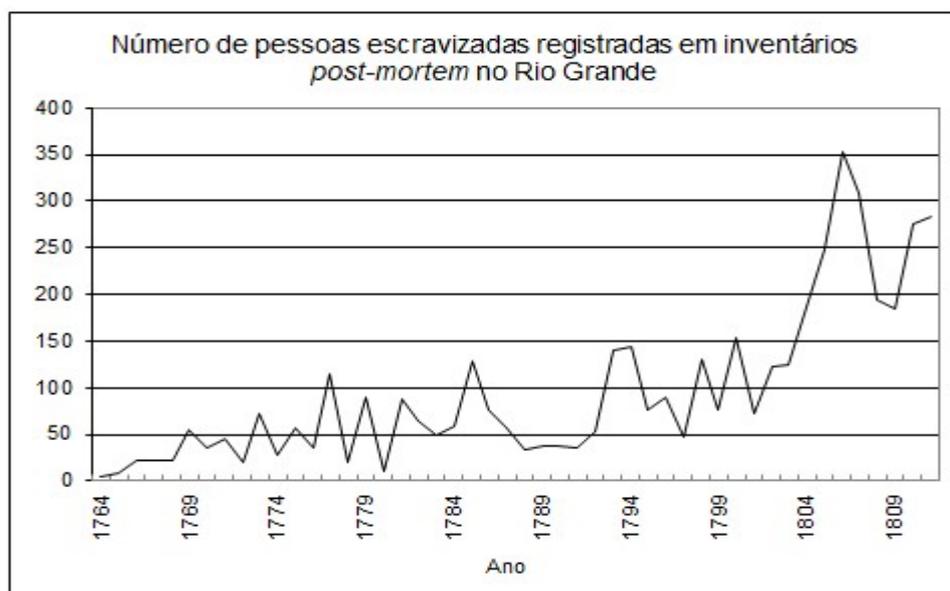
No caso do Rio Grande, é possível observar um intenso crescimento do registro de pessoas escravizadas nos inventários *post-mortem*, tal como mostra o Gráfico 5. Ativada economicamente pelo crescente comércio de trigo e charque podemos mesmo pensar na formação de uma *sociedade escravista*, nos termos de Moses Finley, o que foi percebido entre as historiadoras e historiadores que pesquisam sobre a região, que observaram tratar-se de um tipo de propriedade que se difundiu intensamente entre as pessoas de posse – no Rio Grande, em fins do século XVIII e nas primeiras décadas do XIX, cerca de 10% dos inventários não possuíam descrição da propriedade sobre pessoas – e os tamanhos médios dos planteis

---

<sup>105</sup> MEILLASSOUX, Claude. *Antropologia da escravidão: o ventre de ferro e dinheiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1995. [1986]. pp. 72-74 e 223-225; RODNEY, Walter. *Como a Europa subdesenvolveu a África*. Lisboa: Seara Nova, 1975. pp. 133-143.

aumentaram expressivamente<sup>106</sup>. Isso não apenas significa que a escravidão crescia quantitativamente, o que certamente ocorreu, mas sobretudo que se formava naquele momento uma sociedade na qual uma classe proprietária que dependia das relações escravistas, e reversivelmente, uma classe de pessoas exploradas sistematicamente, cuja função era central para a reprodução das relações de produção daquela formação social<sup>107</sup>.

Gráfico 5



Fonte: Produção própria com base em excertos de 744 inventários *post-mortem* reproduzidos em ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (Brasil). *Documentos da Escravidão no Rio Grande do Sul, Inventários: O Escravo Deixado como Herança*, vol 1. Companhia Rio-grandense de Artes Gráficas (CORAG). Porto Alegre, 2010. Disponível em: <https://www.apers.rs.gov.br/acervo-judiciario>. Acesso em: 20 fev. 2021.<sup>108</sup>

Manolo Florentino mobilizou argumentos muito semelhantes, tais como a larga presença percentual de pessoas escravizadas entre os bens dos sujeitos históricos inventariados

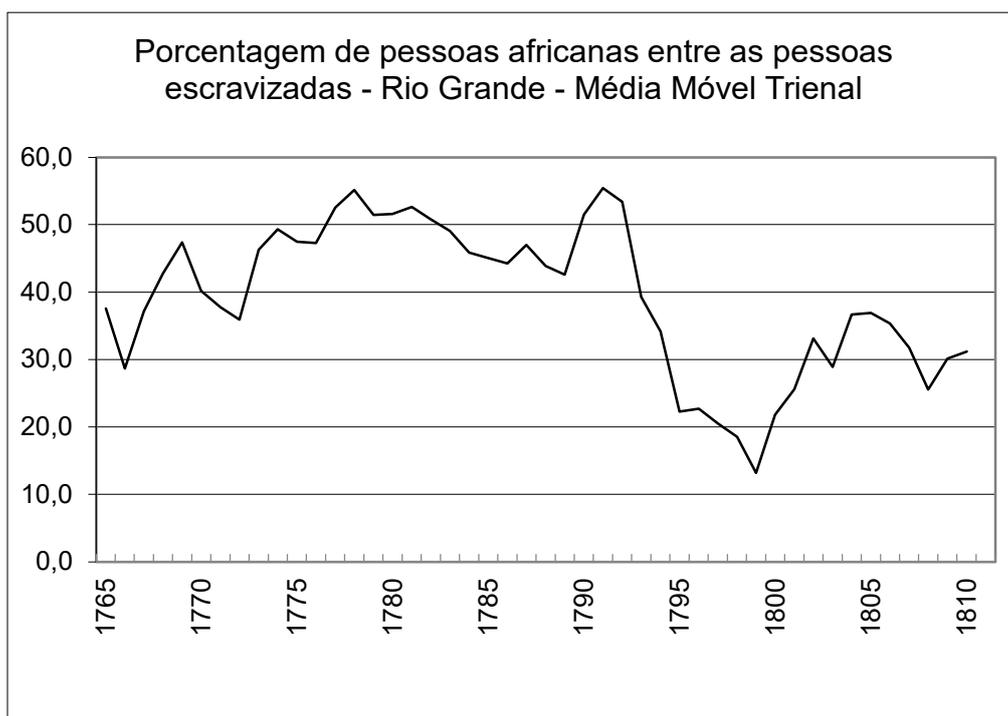
<sup>106</sup> Para a conceituação de uma *sociedade escravista* ver FINLEY, Moses I., *Escravidão antiga e ideologia moderna*. Rio de Janeiro: Graal, 1991, pp. 73-93; MEILLASSOUX, op. cit., pp. 28-30. Para a constatação de que ocorreu a formação de uma sociedade escravista no Rio Grande ver OSÓRIO, Helen. Fronteira, escravidão e pecuária: Rio Grande do Sul no período colonial. *II Jornada de História Regional Comparada*, Porto Alegre: PUCRS, p. 1-16, 2005, pp. 2-5; ALADRÉN, 2012, pp. 77-79, 338-342; NOGUERÓL, Luiz Paulo Ferreira. O Rio Grande do Sul e a Banda Oriental/Uruguai: elementos da escravidão entre 1777 e 1851. *Diálogos Latinoamericanos* 25. pp. 213-228, 2016, pp. 223-225. Reforçamos o crescimento dos tamanhos médios dos plantéis, apesar de sua descontinuidade, tal como apresentado na Tabela 3.

<sup>107</sup> FRAGOSO, 1998, p. 157; MEILLASSOUX, op. cit., pp. 28-30; ALADRÉN, op. cit., pp. 30-34. Seguimos a designação de classe utilizada por Aladrén e Meillassoux, o que deve ser entendido como uma apropriação do sentido ampliado. Para o debate deste termo enquanto ferramenta historiográfica heurística ver THOMPSON, 2001, pp. 269-281 e HOBBSAWM, Eric J. Class consciousness in history In: MÉSZAROS, István (ed). *Aspects of history and class consciousness*. London: Routledge & Kegan Paul, 1971, pp. 5-21. pp. 5-8.

<sup>108</sup> No Gráfico 10 apresentamos o número médio de pessoas por inventário.

no Rio de Janeiro no período colonial tardio e o crescimento da população escravizada, para caracterizar as pessoas escravizadas no Brasil como “mercadorias baratas”, que por seu baixo custo financeiro, poderiam ser repostas - mesmo durante os momentos de baixa no preço das *commodities* -, a fim de recompor quaisquer montantes de lucro que houvessem decaído, tal como o historiador argumenta que haveria ocorrido no início do século XIX<sup>109</sup>. Estamos em acordo com os argumentos de Meillassoux e Rodney quanto à transferência que ocorria no tráfico, contudo a questão do quão “barata” era a mão de obra merece alguma reflexão que aprofunde e complexifique essa afirmação, afinal qualquer percepção de custo deve ser dada não pelo pesquisador, mas pela ação dos agentes. Pensamos que podemos encontrar em outro lugar - que não no absoluto aumento da população escravizada - os reflexos e dinâmicas entre precificação e escravidão. Especificamente, na porcentagem de pessoas africanas entre àquelas que foram escravizadas no Rio Grande.

**Gráfico 6**



Fonte: Ver Gráfico 5.

<sup>109</sup> FLORENTINO, 1997. pp. 75-77.

O Gráfico 6 apresenta nossos dados, formulados a partir de base documental. Alguns avanços já haviam sido feitos neste sentido<sup>110</sup>, contudo, os dados coletados por Aladrén e Osório apresentam baixíssima variação, o que Aladrén supõe que para o seu caso se deve à frágil conexão entre a região de fronteira e o mercado negreiro<sup>111</sup>; e ambos indicam também porcentagens de africanos mais baixas que os dados apresentados, por exemplo, para as taxas de africanidade apresentadas por Florentino para a área rural do Rio de Janeiro<sup>112</sup>, o que poderia sugerir a existência de uma diferença estrutural entre as unidades diretamente ligadas ao Atlântico (tais como as unidades produtivas sucrocultoras cariocas) e aquelas que realizavam sua conexão de maneira indireta, tais como o Rio Grande. Entretanto, sugestivamente, ainda que com percentuais mais baixos do que as do Rio de Janeiro, registramos um movimento um tanto mais próximo do descrito por Florentino (decréscimo na década de 1790, com retorno de crescimento próximo a 1810), o que reforça a percepção de que a praça carioca era o centro que mais dinamizava o comércio escravagista no centro-sul. Quanto a esta conexão, Berute e Osório haviam apontado, estatística e onomasticamente, as relevantes participações dos comerciantes fluminenses – e em menor escala da Bahia e Pernambuco - no tráfico de pessoas escravizadas para o Rio Grande<sup>113</sup>.

A curva começa com uma tendência de crescimento leve até fins da década de 1770; uma relativa estabilidade, com leve ajuste para baixo durante a década de 1780, e, finalmente, entre 1792 e 1793, a curva despenca, movimento que continua até o ponto mais baixo da curva, em 1799, ponto a partir do qual retorna o crescimento. Mesmo considerando o recorte limitado de nossa amostra, captamos um movimento que faz sentido em conjunção ao ritmo carioca, o que sugere uma situação mais complexa do que a imagem de estabilidade do percentual de africanos a que o Rio Grande estava sujeito.

Cabe-nos apontar interpretações possíveis para essa variação. Concordamos com a sugestão de Aladrén de que uma maior variação da proporção, em relação ao aquecimento da

---

<sup>110</sup> Osório, em 2005, apresentou para a área rural do Rio Grande percentuais de africanidade que variaram entre 47%, entre 1791 e 1807, e 48%, entre 1810 e 1825. Aladrén, em 2012, apresentou para a área de Rio Pardo, fronteira do Rio Grande, percentuais de 44,7%, entre 1777 e 1801, e de 45,8%, entre 1802 e 1810. OSÓRIO, 2005, pp. 8-9. ALADRÉN, 2012, p. 109.

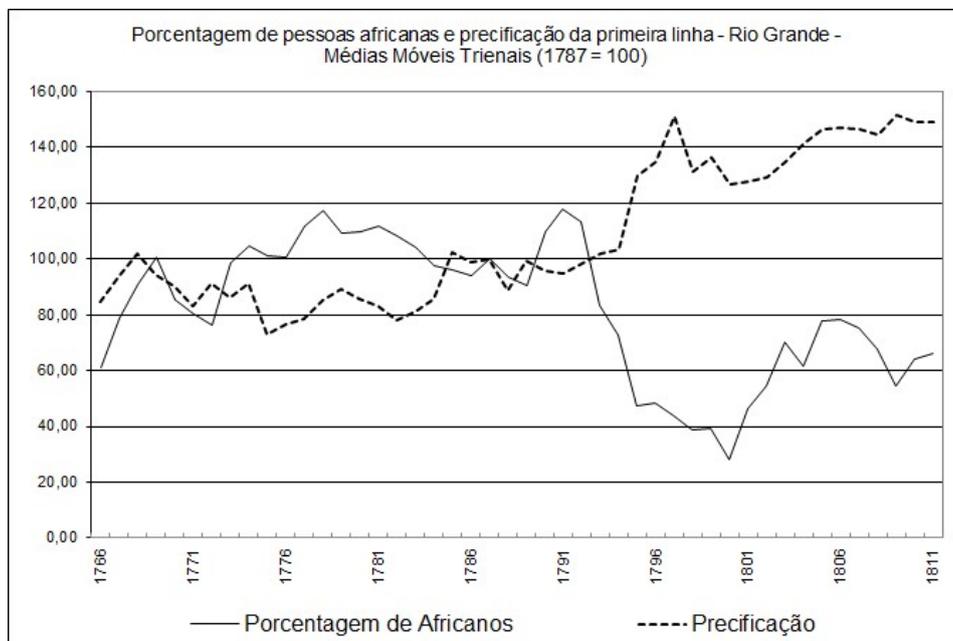
<sup>111</sup> Ibidem.

<sup>112</sup> Tais índices variam entre 55% em 1790-1792, sofrem uma queda entre 1800 e 1807, ficando na faixa de 46-49%, e retomam índice elevadíssimo em 1810-1812, chegando a 71%. FLORENTINO, op. cit. p. 272.

<sup>113</sup> BERUTE, Gabriel S. *Dos escravos que partem para os portos do sul: características do tráfico negreiro do Rio Grande de São Pedro do Sul, c. 1790 - c. 1825*. Dissertação de mestrado. Porto Alegre: PPGH-UFRGS, 2006, pp. 67-69; OSÓRIO, 1999, pp. 195-197.

atividade agroexportadora, representaria uma maior conexão com o tráfico atlântico, ainda que a conclusão do autor tenha sido negativa para a região e o período que estudou. Sugerimos ser possível encontrar indícios dessa conexão ao expandirmos a área de estudo e fragmentarmos a métrica temporal, o que fizemos. O Gráfico 7 coloca em perspectiva a variação na porcentagem de pessoas africanas entre as pessoas escravizadas e a variação na precificação. Não é muito difícil observar o movimento inverso que a taxa de africanidade e a precificação possuem. Comprovamos esta relação na Tabela 4, que apresenta um índice de correlação inversa muito forte<sup>114</sup>, em outras palavras, conforme o preço variava, a taxa de africanidade variava inversamente.

**Gráfico 7**



Fontes: Ver Gráfico 1 e 5. Todas as séries foram convertidas em uma base comum, na qual 1787=100 (preços originalmente em mil-réis).

**Tabela 4**

<sup>114</sup> O número -0,75 representa que a relação não é direta, mas inversa e muito forte. O número -1 representaria uma relação inversa absoluta. Estendemos a técnica de Sereni para variáveis demográficas a fim de observar as correlações para além da precificação.

Índice de correlação entre preço das pessoas escravizadas no Rio Grande e o percentual de pessoas africanas entre as pessoas escravizadas

	Preço Esc. RG	Afric. POA
Preço Esc. RG	1	
Afric. POA	-0,755842295	1

Fontes: Ver Gráfico 1 e 5.

Com estes resultados, pensamos poder colocar em questão a ação dos agentes escravistas. Sua resposta não se traduzia em uma redução na quantidade demandada de pessoas, mas na reformulação da composição e da representatividade percentual das pessoas africanas em relação ao total de pessoas escravizadas. Deste modo, fica evidente que a precificação influenciava nas decisões dos sujeitos do projeto colonial, ao cabo que a reiteração da escravidão mesmo nas áreas periféricas da Colônia respondia às dinâmicas mercantis mais ampliadas, nas possibilidades históricas concertadas do cenário atlântico, ou seja, possuía referência nos horizontes de expectativas da valorização das atividades produtivas e na recomposição das margens de lucro, característica central de uma relação de Capital Escravista-Mercantil<sup>115</sup>, que havia sido apontada por Silva para o caso dos vendedores<sup>116</sup>.

Se a alta nos preços das *commodities* agrícolas pressionava por uma expansão da produção, como demonstramos no capítulo anterior, isso não significou somente uma simples expansão do trabalho enquanto fator de produção, mas sobretudo, uma reconfiguração de suas características afinada com as pressões de mercado. Provavelmente, não era economicamente vantajoso para os proprietários escravistas diminuir o porte de sua escravaria, mas mudar sua origem, mesmo considerando que a oferta de pessoas em Luanda fosse crescente no período<sup>117</sup>. Tal deslocamento sugere que a competição por forças produtivas com os demais nódulos escravistas (Salvador, Rio de Janeiro, Rio da Prata, Antilhas, etc.) exercia uma pressão mais forte do que os proprietários do Rio Grande poderiam suportar.

Em particular, a exportação realizada por traficantes luso-brasileiros era muito mais intensa no mercado platino do que no rio-grandense, favorecendo os concorrentes hispânicos

<sup>115</sup> PIRES; COSTA, 2010, pp. 24-26; MEILLASSOUX, 1995, p. 74.

<sup>116</sup> SILVA, Daniel Domingues. *The Atlantic Slave Trade from West Central Africa, 1780-1867*. Cambridge: Cambridge University Press, 2017, pp. 122-125.

<sup>117</sup> Ibid.

que atuavam na produção agropastoril, em detrimento dos produtores luso-brasileiros<sup>118</sup>, apontando uma das tensões existentes entre mercadores de gente e fazendeiros na disputa por uma maior porção dos ganhos com o comércio e com a produção das pessoas escravizadas<sup>119</sup>. Temos, neste sentido, uma contradição estrutural: mesmo que os preços das *commodities* subissem - criando a possibilidade histórica de aumento dos montantes de lucro para os proprietários rio-grandenses -, a competição de demanda pelo trabalho escravizado, enquanto fator de produção, decorrente dessa alta nos preços, impunha uma dificuldade de realização do valor para os proprietários de uma região como a fronteira sul do Brasil, onde a configuração da propriedade sobre pessoas escravizadas foi alterada para garantir a manutenção da valorização do capital.

Isso nos leva a conclusão de que outras fontes, mais viáveis em termos de produção de capital que a importação de pessoas africanas, poderiam ser mobilizadas: Aladrén sugere a hipótese de que a reprodução interna era realizada pelos médios proprietários – os que possuíam de 5 a 9 pessoas<sup>120</sup>. Apesar de possível, pensamos poder argumentar que estruturalmente tratava-se de uma possibilidade remota, dada a formação demográfica na América portuguesa: disparidade sexual entre as pessoas importadas em uma proporção de masculinidade de 60%<sup>121</sup> e altas taxas de mortalidade registadas na América portuguesa durante o período<sup>122</sup>. O caso do Rio Grande é coerente com os padrões encontrados nas demais localidades do Brasil, nas quais situação demográfica parece ter sido pouco capaz de produzir um excedente populacional que pudesse dar impulso a um crescimento populacional independente do tráfico<sup>123</sup>. O autor, entretanto, avançou ainda a hipótese, mais provável, de que os grandes proprietários

---

<sup>118</sup> ALADRÉN, G.. A região platina enquanto espaço produtivo articulado ao tráfico transatlântico de escravos (c. 1777-1831). In: VI Jornadas Uruguayas de Historia Económica, 2015, Montevideu. VI Jornadas Uruguayas de Historia Económica, 2015, pp. 17-21.

<sup>119</sup> Observe-se que a partição dos lucros do capital escravista-mercantil apontada por Noguéról revela-se nesta dinâmica contraditória entre os diferentes agentes deste capital: aqueles que extraíam mais-valor do trabalho da pessoa escravizada entravam em relações economicamente conflitivas com os mercadores que adquiriam seus ganhos em função das flutuações entre oferta e demanda de trabalhadores escravizados. Ver a nota número 29 de NÓGUEROL, 2016. p. 223. A tensão econômica entre os diferentes mercadores foi apontada por Miller. Ver MILLER, 1986, pp. 62-64.

<sup>120</sup> ALADREN, 2012, p. 112.

<sup>121</sup> FLORENTINO, 1997, pp. 54-60.

<sup>122</sup> VERSIANI; NOGUERÓL, 2016. pp. 223-226.

<sup>123</sup> ALADRÉN, 2012. pp. 105-112. Nossos dados corroboram a ideia de que no conjunto do Rio Grande era pouco possível a “reprodução natural” das pessoas escravizadas. A taxa de masculinidade média para o período de 1765-1810 era de 64,2%, a presença média de crianças de 0 a 9 anos entre a população representava meros 17,2% e a “taxa de fecundidade” média obtida por proxy (número de crianças de 0 a 9 anos por 1000 mulheres de 15 a 49 anos era de 1.232, insuficiente sequer para a reposição da população. Para a fonte documental cf. Gráfico 4; para a metodologia cf. VERSIANI, NÓGUERÓL, op. cit. pp. 226-232.

recorressem majoritariamente à compra de pessoas ditas “crioulas” na documentação, ou seja, nascidas no Brasil<sup>124</sup>. De qualquer modo, a formulação de estratégias para contrabalancear o aumento dos custos de produção indica que os seres humanos não eram dados aos agentes históricos escravistas como “baratos”, mas que eram “barateados” em relações sociais, seja de reprodução interna, tal como sugerido por Aladrén para o caso dos médios proprietários, seja de comércio colonial, como sugerido para os grandes proprietários.

### 3.2 Portos de Embarque e Competição Escravista-Mercantil

Juntamente com estes movimentos transformativos, podemos observar mudanças na própria ação mercantil do tráfico de escravizados para o Rio Grande. Propomos essa reflexão a partir da referência documental aos portos de embarque, a fim de estudar como os percentuais referentes aos diferentes portos variaram neste período de aumento dos preços, visando, portanto, identificar qual a resposta dos agentes demandantes e ofertantes em um cenário de contradição estrutural.

Não poderíamos tomar mecanicamente tais indicações dos portos como uma “origem étnica” dos sujeitos escravizados, pois a identificação geralmente era realizada por agentes coloniais, que projetavam suas (in)compreensões defasadas de como se organizavam as comunidades africanas, muitas vezes se referindo ao porto de embarque e não à comunidade de origem ou as identidades linguísticas das pessoas em questão. As pessoas embarcadas poderiam ainda ter nascido nas regiões interioranas da África, dada a existência de uma extensa rede comercial entre as unidades políticas interioranas e litorâneas. Devemos, por fim, manter em mente que existiam possibilidades de associação e resistência por parte dos escravizados, que ao identificar-se a este ou aquele grupo poderiam produzir novas identificações, o que poderia levá-los à opção por identidades “cambiantes”. De todo modo, temos de lembrar que se tratam de registros coloniais e que a tentativa de (res)significação das identidades fala mais sobre uma disputa classificatória político-econômica entre agentes coloniais e pessoas escravizadas e entre agentes coloniais concorrentes do que sobre a organização política efetiva das regiões africanas<sup>125</sup>.

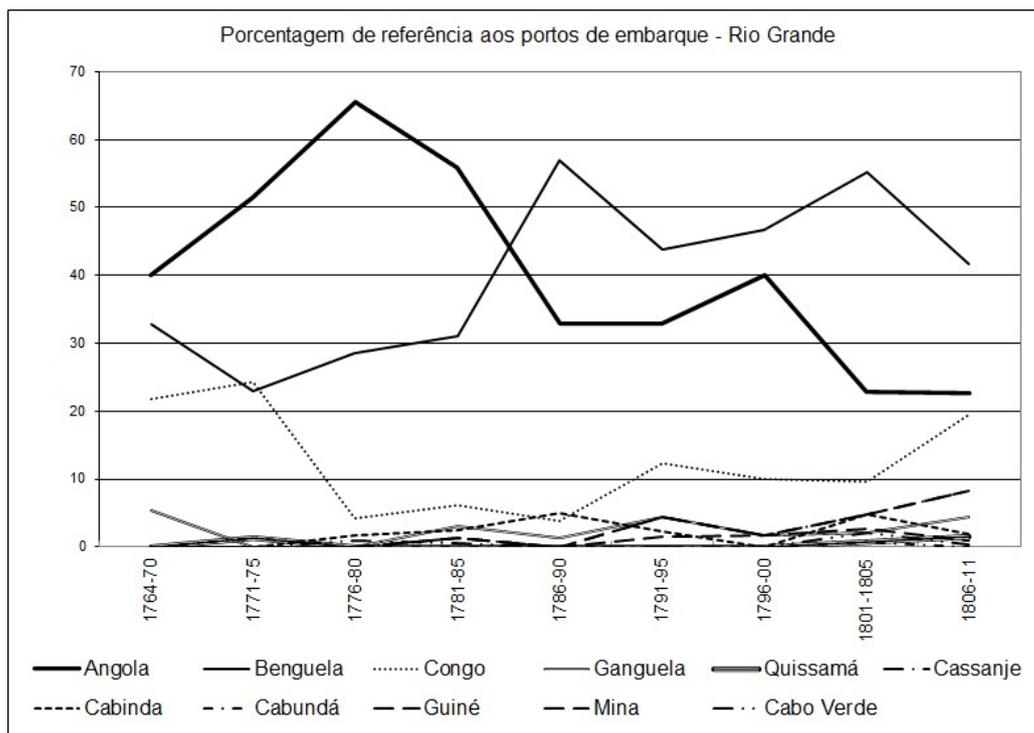
---

<sup>124</sup> ALADREN, op. cit., p. 112. Esta proposição abre perspectivas de pesquisa muito interessantes e relevantes sobre o tráfico colonial de escravos, que infelizmente não compõem o escopo deste trabalho.

<sup>125</sup> THOMPSON, Estevam C. *The Making of Quilengues: Violence, Enslavement and Resistance in the Interior of Benguela, 1600-1830*. Toronto: York University, PhD Thesis. 2021. pp. 6-10; SILVA, op. cit., pp. 76-81. ALADRÉN, 2012, p. 123; ELTIS, RICHARDSON, 2003, pp. 24-25.

Feitas tais considerações, podemos observar no Gráfico 8 a distribuição percentual dos portos identificados em nossa documentação. O primeiro movimento, entre 1764 e 1780, é o crescimento relativo das pessoas identificadas com Angola - que aqui representa o porto de São Paulo de Luanda, estabelecido em 1575 – durante o momento de estabilidade da produção local; contudo, a partir da década de 1780 seu peso relativo passa a ser declinante. O segundo ponto de relevo é a ascensão relativa do registro referente a Benguela, ou seja, o porto de São Filipe de Benguela, fundado em 1617 - que cresceu bastante, a partir do quinquênio 1771-1775 - e sua passagem a porto de maior peso relativo na segunda metade da década de 1780. O terceiro movimento é o espraiamento dos portos, a partir da década de 1790, quando Congo, Ganguela, Quissáma, Cassange, passam a ter maior representatividade<sup>126</sup>.

**Gráfico 8**



Fonte: Ver Gráfico 5. O Gráfico apresenta percentuais relativos às pessoas descritas como africanas na documentação. A soma não resulta em 100%, pois muitas pessoas referidas como africanas não tem os portos de origem explicitados.

<sup>126</sup> ALADRÉN, op. cit, pp. 120-126. Esses dados corroboram a percepção apresentada por Aladrén quanto ao peso da África Centro-Occidental.

Essa passagem da centralidade de Luanda para Benguela nos diz muito sobre a situação. Em valor de face, o papel chave do grupo mercantil carioca torna-se patente, pois eles constituíam uma rede de comércio muito relevante em Benguela. Essa relativa predominância era possibilitada, em parte, pela introdução da jeribita do Rio de Janeiro - derivado alcóolico da produção de cana-de-açúcar - na África Centro-Occidental, ainda no século XVII. A bebida, concorrente dos vinhos portugueses, foi utilizada pelos luso-brasileiros como forma de assegurar o controle das rotas escravistas e, mais tarde, como alternativa de pagamento pelas pessoas escravizadas durante a alta do ouro, pois facilitava aos mercadores relacionados aos produtores de cana do Rio de Janeiro realizar negócios na costa, utilizando-se deste subproduto da cana, muito apreciado na região. O tráfico com a jeribita tornava o comércio mais lucrativo para os comerciantes luso-brasileiros do que para lusitanos, pois este artigo tinha uma produção muito barata e era largamente disponível aos senhores de engenho como meio de pagamento, já que era uma decorrência da produção açucareira<sup>127</sup>. Ao fim e ao cabo, formou-se em Benguela, no século XVIII, uma comunidade de comerciantes “brasileiros” engajados no tráfico humano<sup>128</sup>. Assim, concluímos que uma das formas dos traficantes de seres humanos combaterem a alta dos preços estava na interligação comercial entre as elites escravistas-mercantis cariocas e rio-grandenses, uma vez que os traficantes do Rio de Janeiro tinham um acesso barateado às pessoas escravizadas em Angola, particularmente em Benguela.

Ainda em relação ao deslocamento para Benguela, podemos lê-lo em composição com as preocupações econômicas dos agentes demandantes: em boa medida os mercadores luso-brasileiros deslocavam-se em direção a Benguela como forma de evadir o controle colonial e a cobrança de impostos, que encareciam os preços das pessoas em Luanda<sup>129</sup>. Não é surpresa, pois desde sua criação, Benguela havia colocado um desafio aos comerciantes de Luanda, uma

---

<sup>127</sup> ALENCASTRO, Luiz. F. *O trato dos viventes: Formação do Brasil no Atlântico Sul, séculos XVI e XVII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, pp. 312-324; MILLER, Joseph. *Way of Death: Merchant Capitalism and the Angolan Slave Trade, 1730-1830*. Madison: University of Wisconsin Press, 1988, pp. 482-485; FERREIRA, Roquinaldo A. Biografia, Mobilidade e Cultura Atlântica: A micro-escala do tráfico de escravos em Benguela, século XVIII e XIX. *Tempo*, v. 10, pp. 23-49, 2006. p. 25; CURTO, José C. Vinho versus Cachaça: A Luta Luso-Brasileira pelo Comércio do Alcool e de Escravos em Luanda, c. 1648-1703. In: PANTOJA, Selma; SARAIVA, José F. S. (eds.), *Angola e Brasil: nas rotas do Atlântico Sul*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, pp. 69-97, 1999. pp. 69-73.

<sup>128</sup> THOMPSON, Estevam Costa. Sociedades negreiras: a comunidade de comerciantes ‘brasileiros’ em Benguela em fins do século XVIII. In: BERTHET, Marina (et al). *África: histórias conectadas*. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 2015, pp. 102-109. O termo brasileiro aqui não designa uma nacionalidade, mas comerciantes com ligações intestinas com as margens da América portuguesa.

<sup>129</sup> SILVA, 2013. pp. 114-116.

vez que servia de entreposto que desviava a demanda escravista<sup>130</sup>, cuja grande vantagem era justamente a possibilidade de reduzir os custos de captura e transporte, já que, além de desviar de impostos, os comerciantes tinham a possibilidade de tratar em espécie, o que evitava que parte dos custos se transferissem para os financistas que controlavam as *letras de câmbio*<sup>131</sup>, instrumentos de crédito utilizados em Luanda e largamente manipulados por mercadores e banqueiros e mercadores capitalistas na Europa<sup>132</sup>.

Em princípios do século XVIII a viagem direta entre Brasil e Benguela já era requisitada à Coroa lusa, e foi liberada pela primeira vez em 1716, para o total descontentamento dos mercadores baseados em Luanda, que apelaram diversas vezes contra a percebida “ilegalidade” do tráfico benguelense, tentando manter sua primazia no odioso comércio<sup>133</sup>. A tentativa de legalização por parte dos traficantes sugere que ilegalmente esta rota já havia sido realizada, testada e assegurada em sua capacidade de produzir lucros, pois uma expedição negreira era um negócio custoso, cujos ganhos eram fundamentais para a conclusão do processo. Após o arranque em 1720, a importância do porto só fez crescer durante o restante do século<sup>134</sup>.

Este crescimento, entretanto, não se dava em razão apenas da demanda: o conflito das lideranças tradicionais com os guerreiros *Mbangala* - organizados nas comunidades político-espiritual-militares, chamadas de *quilombos*<sup>135</sup> – era também um dos fatores de descentralização e desestabilização da região, o que propiciava o estabelecimento de uma rota de comércio escravista<sup>136</sup>. Em termos esquemáticos, a tensão ocorria pela prática *mbangala* de contestação do poder da linhagem enquanto formulação tradicional do poder, ao passo em que os líderes tradicionais, os *sobas*, transmitiam seu poder por via da filiação matrilinear. Tal concorrência política era ideologicamente formulada pelos *Mbangala* por meio do culto cosmológico ao *kilombo* - que incluía a proibição de formação de linhagens entre os guerreiros

---

<sup>130</sup> ALENCASTRO, op. cit. pp. 90-102.

<sup>131</sup> MILLER, op. cit., pp. 468-469.

<sup>132</sup> ARRIGHI, 1994, pp. 125-133. MENZ, Maximiliano M. As “Geometrias” do Tráfico: o Comércio Metropolitano e o Tráfico de Escravos em Angola (1796-1807). *Revista de História*, n. 166, pp. 185-222, 2012 pp. 202-204 e 214-216.

<sup>133</sup> CÂNDIDO, Mariana P. *Enslaving Frontiers: Slavery, Trade and Identity in Benguela, 1780-1850*. PhD Thesis, Toronto: York University, 2006. pp. 24-26

<sup>134</sup> Id. Trade Networks in Benguela, 1700-1850. In: RICHARDSON, David; DA SILVA, Filipa Ribeiro (eds.). *Networks and trans-cultural exchange: slave trading in the South Atlantic, 1590-1867*. pp. 143-165. Leiden and Boston: Brill, 2014. pp. 144-147.

<sup>135</sup> Segundo Alencastro, um “campo militar e confraria de iniciação de guerreiros”. Ver ALENCASTRO, 2000, p. 90.

<sup>136</sup> THOMPSON, 2021, pp. 130-131.

e a adoção de jovens de outros grupos a fim de recompor suas fileiras -, e que podemos, no esteio de Thompson, considerar uma forma de “revolução” contra a reprodução social das lideranças *sobas*. Por conta dos embates continuados entre *sobas* e *Mbangala*, os ritmos das comunidades locais de pequena-escala eram desestruturados, pois em suas migrações - em consequência das secas sazonais - seus membros frequentemente acabavam capturados pelos traficantes<sup>137</sup>.

Não raro, diversos *sobas e mbangalas* aliaram-se aos portugueses: por um lado, o faziam a fim de combater os líderes políticos rivais, por outro, participavam da captura de cativos com objetivo de proteger-se por antecipação dos ataques dos invasores, já que, não sendo saciada a demanda por pessoas escravizadas, quaisquer grupos africanos poderiam ser os próximos alvos. Esta tentativa, contudo, era muitas vezes frustrada, pois mesmo com a colaboração de alguns dos líderes africanos, os eventuais aliados não foram poupados pela sanha comercial luso-brasileira quando convinha aos interesses do projeto colonial e/ou quando tal perseguição fosse proveitosa às campanhas de poder dos agentes locais da coroa lusitana, que apresavam antigos aliados sem embaraço algum<sup>138</sup>.

As tensões anteriores à chegada dos portugueses eram, portanto, potencializadas pela ação imperial, já que os agentes coloniais tomavam partido e demandavam de ambos os lados, dos *sobas* e dos *Mbangala*, braços para a escravização além-mar, sob a ameaça, mesmo que implícita, de apresarem quaisquer comunidades que necessitassem – aliadas ou não - para suprir os ritmos de acumulação no Sistema Atlântico Ibérico. Ora, tal demanda dos agentes coloniais produzia um ciclo vicioso, em que a desorganização violenta das relações de produção locais – principalmente por conta da guerra, cujo significado social foi radicalmente transformado pela ação lusa; mas também em razão da fome, causada, em parte, pelo rapto violento de pessoas capazes de gerar um excedente alimentar, e, finalmente, pela disseminação de doenças, causada pelas migrações forçadas em decorrência das guerras de apresamento – ameaçava a continuidade das unidades políticas existentes, que por sua vez, encontravam-se fragilizadas e, portanto, mais suscetíveis às investidas escravistas, em uma dialética cruel e insustentável<sup>139</sup>.

---

<sup>137</sup> NASCIMENTO, Beatriz. O conceito de quilombo e a resistência cultural negra. In: RATTS, Alex. *Eu sou atlântica. Sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento*. São Paulo: Imprensa Oficial, pp. 117-125, 2006. pp. 117-119

<sup>138</sup> THOMPSON, 2021, pp. 132-133.

<sup>139</sup> MANNING, Patrick. *Slavery and African Life: Occidental, Oriental, and African Slave Trades*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990. pp. 56-59; CÂNDIDO, Mariana P. *An African Slaving Port and the Atlantic World: Benguela and Its Hinterland*. New York: Cambridge University Press, 2013. pp. 76-78.

Na década de 1790 houve um surto de exportação de pessoas em Benguela, embora tal aumento viesse acontecendo desde meados do século XVIII<sup>140</sup>. Nos primeiros anos do século XIX, a exportação para o sudeste brasileiro a partir de Benguela chegou a superar brevemente a de Luanda, o que corrobora a nossa percepção de que o deslocamento do eixo dos portos de embarque das pessoas exploradas no Rio Grande não era apenas concertado com a praça carioca, mas que atingia com especial intensidade o circuito produtivo rio-grandense, mais pobre e demandante das pessoas traficadas de forma possivelmente ilegal<sup>141</sup>. Ora, a explosão de oferta, dadas as dinâmicas locais supracitadas, era um dos fatores que explicam a chegada diferencial de pessoas escravizadas no Rio Grande a partir de Benguela, mas as condições de realização desta oferta também eram importantes: a concorrência interimperialista não se dava apenas no campo da demanda, como apontamos, mas também, complementarmente, entre aqueles que ofereciam pessoas à venda. A presença de franceses, particularmente, era flagrante em Benguela; era mesmo incomodamente notória<sup>142</sup>.

Ao menos desde a Guerra dos Sete Anos - e em parte por conta da decorrente percepção da fraqueza militar do Império português - o contingente de franceses em Benguela aumentava, integrando-se às redes mercantis da costa, ao mesmo passo em que as denúncias portuguesas contra eles se avolumavam. De fato, além de proibidos de realizar comércio, os traficantes franceses traziam consigo os muitíssimo valiosos tecidos asiáticos, álcool e, especialmente, armas, mercadorias muito desejadas pelos comerciantes locais. Dado seu volume, este comércio não poderia ser feito sem a colaboração ativa das autoridades e dos grandes traficantes luso-africanos e luso-brasileiros, afinal os franceses andavam em público e comerciavam livremente pela cidade<sup>143</sup>.

A guisa de ilustração da liberalidade com que os franceses traficavam, citamos o caso que Estevam Thompson encontrou na documentação, que demonstra que mesmo após ser confrontado pelas autoridades coloniais em 1790, um traficante francês simplesmente afirmou que ficaria o tempo necessário para terminar seus negócios, ignorando o suposto poder decisório

---

<sup>140</sup> THOMPSON, 2021, p. 184. Se entre 1751 e 1775 cerca de 27.409 pessoas foram embarcadas em São Filipe de Benguela, entre 1776 e 1800, 77.958 pessoas aproximadamente foram subtraídas de suas famílias, um aumento de quase três vezes. Os números foram colhidos em ELTIS, David, et al., *The Trans-Atlantic Slave Trade Database*, <https://www.slavevoyages.org/voyage/database#tables>, acesso em 06/04/2022.

<sup>141</sup> Segundo os dados do *The Trans-Atlantic Slave Trade Database*, entre 1801 e 1805 o número de pessoas exportadas para o sudeste do Brasil a partir de Luanda foi de 29.764 e de Benguela 34.662.

<sup>142</sup> MILLER, 1986, pp. 66-69.

<sup>143</sup> MILLER, 1988, pp. 469-471; THOMPSON, op. cit. pp. 185-190.

dos portugueses e o regulamento que proibia navios estrangeiros de continuarem aportados por mais de três dias na cidade. O autor comprovou também, por meio de pesquisa historiográfica, que os contrabandistas de escravos luso-africanos tinham poder suficiente, não apenas para confrontar as autoridades, mas para retirá-las de suas posições se necessário, tal foi o caso do governador de Benguela, José Mario Douzel Machado e Vasconcelos, que – durante sua curta estadia no cargo (1788-1789) - foi acusado pelos comerciantes escravistas de corrupção e tirania e foi logo substituído<sup>144</sup>.

A dialética entre a dinâmica de mercado, guerras, política e contrabando era o tom no porto luso-africano. O enredamento substantivo das comunidades lusófonas de Benguela, Rio de Janeiro e Rio Grande, portanto, foi uma das relações que, possibilitou a crescente produção de *commodities*, pois barateava os custos de produção e produzia as estruturas cotidianas necessárias à ação ilegal, em favor dos agentes comerciais que oferecessem as maiores vantagens de mercado, posto que a competição interimperial não era, necessariamente, um fator de prejuízo aos negócios escravistas-mercantis das praças mercantis atlânticas, mas sim uma das condições para sua realização<sup>145</sup>.

Aliás, sua instrumentalização sugere que o conflito de interesses entre agentes régios e traficantes luso-brasileiros quanto a divisão dos lucros obtidos com a mercantilização de pessoas e sua expropriação em atividades produtivas era um dos fatores que potencializam a expansão econômica do Império - já que impulsionava aqueles que participavam do comércio de pessoas a manter um ritmo acelerado de produção social de escravizados - e, simultaneamente, inseria elementos de desestabilização no Sistema Atlântico Ibérico, em sua trama cada vez mais complexa com os capitais advindos do Noroeste Europeu, relação percebida e combatida por agentes imperiais portugueses<sup>146</sup>.

Pensamos, assim, sugerir que as transformações nas margens opostas do Atlântico eram muito importantes na composição das estratégias dos proprietários escravistas cariocas e rio-grandenses, que buscaram a minimização dos custos da mão-de-obra, muitas vezes a despeito

---

<sup>144</sup> THOMPSON, 2021, pp. 185-190.

<sup>145</sup> PEDREIRA, 2000, pp. 860-864.

<sup>146</sup> THOMPSON, op. cit. pp. 188-190. Podemos inclusive observar junto com Thompson, que, se uma intensa campanha foi empreendida contra a ação dos contrabandistas a partir de 1791, o quinquênio seguinte, 1791 a 1795, representou uma desaceleração, ao menos circunstancial, no crescimento relativo do peso das pessoas escravizadas vindas de Benguela entre a população escravizada do Rio Grande, em contraposição ao quinquênio anterior, 1786-1791, o qual as autoridades lusitanas em Benguela reportaram como sendo o de maior tráfico ilegal, quando a proporção de pessoas vindas daquela cidade aumentou consideravelmente entre os escravizados no Rio Grande. Ver Gráfico 6 nos quinquênios de 1786-1790 e 1791-1795.

dos sentimentos de lealdade para com o reino. Ainda que discursivamente agissem em nome de um projeto colonial, as alianças mercantis legais e ilegais, com vistas a valorização de suas riquezas, eram importantíssimas em sua lida e as obrigações enquanto súditos, por vezes, deram lugar ao afã de constituir uma sólida base material para exercer seu poder. Se fosse necessário contrabandear com mercadores de impérios rivais, assim o fariam, desde que conseguissem manter o ritmo da espiral de expansão produtiva do capital escravista-mercantil<sup>147</sup>.

---

<sup>147</sup> Estamos cientes de que o contrabando era um dado estrutural na interação dos Sistemas Atlânticos. Os argumentos de Pedreira são corretos ao corrigir a imagem de que o contrabando seria por si mesmo um sinal de fragilidade imperial. Ver PEDREIRA, 2000, pp. 853-860 e PEDREIRA, Jorge M. "Contraband, crisis, and the collapse of the old colonial system." *Hispanic American Historical Review* 81. 3-4. pp. 739-744, 2001. Entretanto, temos de lembrar do argumento de Pinjning sobre as dinâmicas diferenciadas do contrabando: se, por um lado ingleses e holandeses receberam liberalidades jurídicas maiores no trato com o Brasil, dada sua posição militar estratégica de apoio a Portugal, os franceses eram observados como adversários no cenário do concorrência interimperial, de modo que, se não podemos considerar qualquer contrabando uma contradição no Sistema Atlântico Ibérico, o contrabando com os franceses, particularmente, colocava em tensão suas estruturas. Ver PINJNING, Ernst. "Contrabando, ilegalidade e medidas políticas no Rio de Janeiro do século XVIII." *Revista Brasileira de História*, 21, pp. 397-414, 2001. pp. 399-401.

## CAPÍTULO IV – VIOLÊNCIA: ANDAMENTO E DISSONÂNCIA

### 4.1 Enfermidades e Soberania Escravista

As dinâmicas do comércio de *commodities*, do tráfico transatlântico de seres humanos e da exploração dos trabalhadores escravizados no Rio Grande entram em consonância na passagem do século XVIII para o XIX. Pensamos ser relevante, a fim de compreendermos suas transformações, fazer uma avaliação dos indícios que apontam para a violência neste contexto. Tal compreensão assenta-se na interpretação de que a Economia Política da escravidão estava intimamente imbricada na possibilidade da coerção direta do trabalho<sup>148</sup>.

Apesar de os senhores escravistas rio-grandenses estarem sujeitos às pressões econômicas atlânticas, não poderíamos esperar que a intensificação no ritmo de produção que se verificou no período se realizasse sem conflito, uma vez que este aprofundamento das relações de exploração não implicava em uma maior distribuição da riqueza. Neste sentido, tentar avaliar, mesmo que indiretamente, a condição de vida das pessoas escravizadas pode nos sugerir importantes caminhos interpretativos quanto ao significado da expansão econômica da fronteira, posto que “a força e a coerção não são apenas fatores extra-econômicos contingentes. Ao contrário, elas são parte integrante da produção escravista”<sup>149</sup>.

Uma possibilidade metodológica de observação desta aparente contradição foi apontada por Manolo Florentino, que se utilizou das porcentagens de enfermos e feridos entre a população escravizada do Rio de Janeiro, conforme permitiam observar os inventários *post-mortem*, para procurar rastros da violência; nos valem de uma técnica semelhante<sup>150</sup>. Evidentemente, a crítica às fontes é necessária, visto que as descrições das enfermidades encontradas nos documentos analisados não se tratam de “avaliações científicas”, mas sim

---

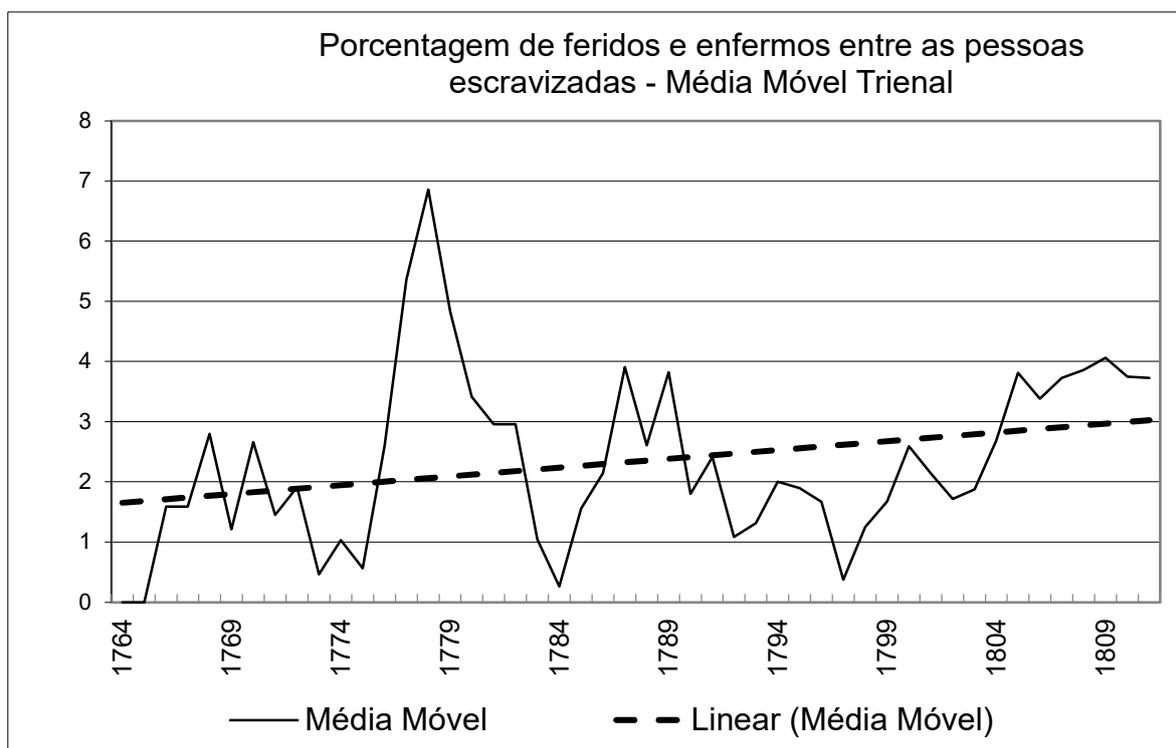
<sup>148</sup> CASTRO, 1980. pp. 78-79, 93-94 e 101-102. TOMICH, 2011 pp. 23-38. Castro sugere, e concordamos com sua interpretação, de que devemos considerar as relações conflitivas da escravidão na análise das dinâmicas produtivas, posto que o elo de pressões econômicas se encerra na figura dos senhores, já que a manutenção física das pessoas escravizadas não dependia diretamente de sua produtividade, de modo que a expropriação do mais-valor é iniciada, portanto, através uma relação de dominação realizada por meio da força direta, argumento sustentado por Dale Tomich ao avaliar as relações de produção na forma da escravidão. Deste modo a violência física não é considerada um elemento externo, mas parte da unidade contraditória da Economia Política da Escravidão.

<sup>149</sup> TOMICH, 2011, 2011 p. 25.

<sup>150</sup> FLORENTINO, 1997, pp. 55-57 e 270. Seguimos um procedimento muito parecido, contudo ao invés de blocos de 3 anos, com vazios documentais de 2 anos, tomamos como valor a porcentagem anual e realizamos uma média móvel trienal.

caracterizações que “tinham por fim último determinar o valor do escravo no âmbito da fortuna inventariada”<sup>151</sup>, de modo que a subnotificação e a imprecisão são patentes. Ainda assim, a serialização, enquanto crítica da fonte individual, nos permite, mais do que traçar uma porcentagem definitiva, acompanhar os movimentos pertinentes nesta variável. Os resultados de nossos esforços quantitativos estão expressos no Gráfico 9.

**Gráfico 9**



Fonte: Ver Gráfico 5

Gostaríamos de começar apontando o movimento ascendente e descendente entre os anos de 1775 e 1784. Não deve ser acaso que tal avanço proporcional de ferimentos e enfermidades tenha seu princípio concomitante ao início do ciclo de guerrilhas rio-grandenses contra os espanhóis na localidade do Rio Grande. Em especial, em uma região de fronteira na qual os senhores escravistas em posições de comando militar se faziam acompanhar pelas pessoas escravizadas em sua posse durante os combates, seja armando-as para a defesa de suas propriedades, seja ao designá-las para o cumprimento de tarefas, apesar de não autorizarem a formação de unidades militares permanentes compostas por cativos, a fim de não permitir

<sup>151</sup> Ibidem. p. 56

resistências armadas contra a dominação desta classe explorada. A situação de guerra, portanto, como apontamos, colocava em risco a sobrevivência das pessoas escravizadas, o que se torna evidente ao avaliarmos o crescimento proporcional apresentado.

Tais ascensão e queda da curva, entretanto, se situam em uma tendência mais larga de aumento da porcentagem de pessoas feridas e enfermas. Uma das chaves de leitura apresentadas por Florentino para compreender tal aumento é a imbricação das esferas microbianas que se operou nos séculos em que durou o tráfico atlântico<sup>152</sup>. Por se tratar de um dos importadores de maior vulto, a América portuguesa esteve sujeita a ondas sucessivas de contato entre agentes virais, particularmente no século XVIII, dada a crescente entrada de navios negreiros e súditos portugueses em seus portos<sup>153</sup>. Considerando o quadro em tela – como verificamos que neste período a maior parte das pessoas escravizadas no Rio Grande relacionadas a portos africanos era apontada como proveniente das regiões de Angola - convém observar brevemente a questão das epidemias na margem direita do Atlântico, especificamente na África Centro-Occidental.

Em fins do século XVIII a região luso-africana foi o lócus de uma série de epidemias variadas, especialmente de varíola, entrecortadas por períodos mais ou menos longos de secas e fome<sup>154</sup>. Além das dinâmicas citadas de guerras e razias em busca de cativos, que desestruturavam as comunidades locais e seus circuitos produtivos, bem como forçavam migrações de pessoas em situação de vulnerabilidade epidemiológica, é importante notar que a fixação de comunidades cujos integrantes realizavam práticas agrárias e alimentarias de matriz lusitana eram um fator de transformação ambiental e cultural que tensionava a capacidade das populações livres e cativas de resistir ao avanço das doenças. Chamamos atenção, particularmente, para a expansão e cristalização da agricultura da mandioca, trazida a Luanda pelos invasores portugueses no século XVI e que no século XVIII havia se tornado um dos principais componentes da dieta dos moradores da localidade. A contradição em sua produção e consumo, entretanto, era que “ao mesmo tempo em que a mandioca dava suporte às populações locais nos anos de seca, ela fornecia nutrientes insuficientes, deixando aqueles que

---

<sup>152</sup> FLORENTINO, 1997, pp. 55-57.

<sup>153</sup> ALDEN, Dauril; MILLER, Joseph C. Out of Africa: the slave trade and the transmission of smallpox to Brazil, 1560-1831. *The Journal of interdisciplinary history*, v. 18, n. 2, pp. 195-224, 1987. pp. 195-196.

<sup>154</sup> *Ibidem*, pp. 204-208; CURTO, José C.; GERVAIS, Raymond R. A dinâmica demográfica de Luanda no contexto do tráfico de escravos do Atlântico Sul, 1781-1844. *Topoi* (Rio de Janeiro), v. 3, pp. 85-138, 2002. pp. 104-108.

dependiam dela fragilizados e, conseqüentemente, mais vulneráveis a doenças”<sup>155</sup>. Assim, tanto a demanda por pessoas apresadas, ampliada com o “renascimento agrícola”, quanto as condições de oferta da mão de obra escravizada, operada, em parte, pela fixação portuguesa em Angola, coproduziam efeitos devastadores de fragilidade microbiana.

Em termos de demanda, a compra de pessoas com a saúde fragilizadas foi apontada por Miller como uma dialética econômica cruel do tráfico: ao comprarem pessoas de saúde debilitada, fragilizadas pela situação de epidemias na costa africana e passageiras malnutridas de navios que passavam de trinta a cinquenta dias no mar, possibilitando mais de um ciclo de infecção<sup>156</sup>, os senhores escravistas poderiam economizar nos custos de policiamento e disciplinarização dos corpos das pessoas escravizadas, combatendo parcialmente, deste modo, o aumento generalizado dos custos de mão de obra apontados no Capítulo 2<sup>157</sup>.

Complementarmente, Florentino sugeriu que a porcentagem de enfermos e feridos entre as pessoas escravizadas “Trata-se, na verdade, de um indicador importante sobre a dureza do processo de trabalho no interior das empresas escravistas”<sup>158</sup>, ao cabo que é possível interpretarmos a tendência de crescimento desta porcentagem, não apenas como uma demanda de pessoas cujos custos de policiamento seriam menores, mas também como indício de que o próprio processo de trabalho tornava-se mais violento, em uma dinâmica de intensificação no processo exploratório como compensação do aumento dos custos.

Cabe-nos, inicialmente, indicar que - frente ao aquecimento da economia exportadora, cujos centros produtivos eram os principais compradores dos produtos rio-grandenses - a intensificação da exploração direta era uma das estratégias disponíveis aos senhores escravistas. Ademais, é, inclusive, lícito pensar que sua aplicação seria mais provável do que atenuações das jornadas de trabalho, posto que apesar das reformas educacionais que se operavam no Império português sob Pombal, e mesmo no período posterior à queda do primeiro-ministro, e a crescente publicação de manuais e memórias econômicas por parte dos letrados lusitanos durante a segunda metade do século XVIII, cujas recomendações centravam-se em evitar o

---

<sup>155</sup> OLIVEIRA, Vanessa S., *Slave Trade and Abolition: Gender, Commerce and Economic Transition in Luanda*. Madison: The University of Wisconsin Press, 2021, pp. 40-54. p. 48. “However, at the same time that cassava supported local populations through drought years, it provided insufficient nutrients, leaving those dependent on it weakened and consequently more vulnerable to diseases”. Tradução própria.

<sup>156</sup> ALDEN; MILLER, 1987, p. 196.

<sup>157</sup> MILLER, 1986, pp. 61-62.

<sup>158</sup> FLORENTINO, 1997, p. 57

desgaste do capital investido nas escravarias e na eficiência dos castigos físicos<sup>159</sup> em uma tentativa de “modernização cultural do reino”<sup>160</sup>, tais reflexões tiveram baixo impacto e circulação entre os proprietários de pessoas escravizadas no período colonial tardio<sup>161</sup>. Nas palavras de Marquese:

... em que pese a variação regional, o princípio da soberania doméstica continuou informando as concepções senhoriais sobre o governo dos escravos. Ademais, em fins do século XVIII, ainda havia pouco espaço para a discussão e circulação de ideias na América portuguesa, devido aos limites estruturais à difusão de textos impressos (proibição de imprensas na colônia, censura metropolitanas, ausência de público leitor). (MARQUESE, 2004, p. 185)

Tal realidade, no Rio Grande, era reforçada por uma predominância econômica dos “capitães”, e outros homens com patentes militares entre as elites econômicas<sup>162</sup>. Gil, ao estudar as dinâmicas de crédito e poder na região, concluiu que a lógica dos mercados, do enobrecimento e do enriquecimento dependiam, no Rio Grande, de uma aliança entre hierarquia militar e poder econômico, de monta que “mais do que as armas, os capitães comandavam seus escravos, sua casa, suas regiões e, assim, controlavam a economia”<sup>163</sup>. Estes homens em posições de mando, cujo poder era fundamentado por seu controle familiar, seus feitos bélicos e, de modo mais geral, de seu enriquecimento material, eram os responsáveis por fazer valer o princípio da soberania doméstica, que, afinal de contas, legitimava socialmente a possibilidade de exercerem a violência sobre aqueles que se encontravam sob sua autoridade.

## 4.2 Fronteiras Moventes e Jogos de Escala

Apontamos ainda para a associação da fronteira com a situação de violência. A crítica à historiografia tradicional sobre o Rio Grande, apesar de complexificar o conceito de fronteira – ao evitar sua compreensão como um marco divisório entre identidades fixas e em lugar propor a percepção de que se trataria de um espaço de trânsito de pessoas, mercadorias e ideias,

---

<sup>159</sup> MARQUESE, 2004, pp. 182-186.

<sup>160</sup> *Ibidem*, p. 175.

<sup>161</sup> *Ibid.*, pp. 176-183. Observe-se que a própria existência dos escritos estudados pelo historiador indica a percepção de que o trato violento de pessoas escravizadas preocupava os letrados portugueses, em boa medida em diálogo com a interpretação de que a redução da população escravizada seria um empecilho à saúde econômica do Reino.

<sup>162</sup> GIL, 2020. pp. 185-191

<sup>163</sup> *Ibid.* p. 186.

propício aos jogos de interesses da Economia Política da região - não o abandonou como chave interpretativa para caracterizar a experiência da colonização no Brasil Meridional<sup>164</sup>. Em nosso caso é muito relevante a percepção de que a situação de maior porcentagem de enfermos e feridos esteve associada ao movimento da fronteira: se, por um lado nas regiões de fronteira estava a menor parte das pessoas escravizadas, era lá também que se concentravam as pessoas escravizadas enfermas e feridas<sup>165</sup>. Em suma, os locais de expansão agrícola eram aqueles onde temos indícios de que as condições de vida das pessoas escravizadas eram mais críticas em termos de sobrevivência. Sintetizamos estas informações na Tabela 5.

**Tabela 5**

	Porto Alegre	Rio Pardo	Rio Grande	Total
Nº de pessoas escravizadas	3157	721	756	4634
Nº de pessoas escravizadas enfermas e/ou feridas	78	28	24	130
Porcentagem de pessoas escravizadas enfermas e/ou feridas	2,50%	3,90%	3,20%	2,80%

Fonte: Ver Gráfico 5

Esta sincronicidade geo-histórica é outro fator que reforça a hipótese de que a expansão econômica das unidades produtivas rio-grandenses esteve associada a uma intensificação da exploração do trabalho, uma vez que o percentual de pessoas enfermas, além de retornar à tendência de crescimento após 1784, justamente na época de avanço sobre a fronteira da localidade do Rio Grande<sup>166</sup>, apresenta números mais elevados na fronteira do que no cômputo geral.

<sup>164</sup> ALADRÉN, 2012, pp. 18-22; OSÓRIO, 1999, pp. 28-36, 44-48; MENZ, 2006, 2-6.

<sup>165</sup> Adotamos a designação de Aladrén, que corresponde a como os contemporâneos nomeavam as regiões. ALADRÉN, op. cit., pp. 19, 87-89. Nomeadamente, arrolamos na vila de Porto Alegre dados das localidades de Porto Alegre, São José do Norte e Taquari; na vila de Rio Pardo arrolamos dados de Rio Pardo, Caçapava, Cachoeira do Sul e Encruzilhada; finalmente, na vila de Rio Grande arrolamos dados de Rio Grande, Jaguarão, Pelotas e Piratini.

<sup>166</sup> Ibidem, pp. 101; OSÓRIO, op. cit., pp. 48-53, 111-114 e 163-164.

Pensamos, portanto, ser interessante mobilizar o ferramental teórico desenvolvido por Jason Moore: as fronteiras de *commodities*<sup>167</sup>. Em 2000 o historiador ambiental estadunidense propôs analisar as dinâmicas produtivas na América a partir deste conceito, derivado da formulação de Wallerstein e Hopkins, as cadeias de *commodities*<sup>168</sup>. Com tal apreensão oferece ao pesquisador “um caminho para relacionar processos abstratos como as ondas longas com processos relativamente específicos, tais como a produção de *commodities* e relações laborais em lugares particulares”<sup>169</sup>. A interpretação que propomos aqui é que conforme expandia-se a fronteira de *commodity* do charque e do trigo, as relações escravistas no Rio Grande se intensificavam, em um movimento de “aprofundamento e alargamento” das relações de exploração do trabalho<sup>170</sup>.

Em nosso estudo estamos relacionando as longas ondas de preços, a que nos referimos no Capítulo 2, às dinâmicas locais de expropriação do valor. Entretanto, a particularidade da fronteira sul do Brasil era a relação dialética que esta mantinha com a guerra. Estamos diante do que podemos interpretar como uma dialética dos estratos de tempo, pois as relações complexas entre o tempo estrutural de expansão da produção e o tempo da curta duração dos conflitos bélicos ficam aparentes na análise do Gráfico 9<sup>171</sup>. Se em termos de curta duração o fim do ciclo de guerras iniciado em 1775 colocou em declínio o percentual de pessoas feridas e/ou enfermas entre os escravizados do Rio Grande<sup>172</sup> - em sua face estrutural - o mesmo conjunto de eventos (a reconquista lusitana de Rio Grande e a assinatura do Tratado de Santo Ildefonso) possibilitaram a continuidade da tendência de crescimento da série, por abrirem a possibilidade histórica do avanço e fixação dos senhores escravistas na região do Rio Grande<sup>173</sup>.

Não se trata de uma teleologia em que a tendência geral subsume os eventos particulares, mas uma interação contraditória, na qual a tendência se realiza *através* dos eventos, no jogo minucioso das movimentações locais, muitas vezes de maneiras imprevisíveis, tais como eram

---

<sup>167</sup> MOORE, 2000, pp. 410-413.

<sup>168</sup> HOPKINS; WALLERSTEIN, 1986. pp. 158-162

<sup>169</sup> MOORE, op. cit. p. 411. “... it provides a way to link up relatively abstract processes such as long waves with relative specific processes such as commodity production and labor relations in particular places.” Tradução própria.

<sup>170</sup> *Ibidem*.

<sup>171</sup> KOSELLECK, Reinhart. 2014. pp. 21-22; Id., *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006, pp. 137-140. BRAUDEL, Fernand. *Escritos sobre a história*. São Paulo Perspectiva, 2009c. [1992]. pp. 43-54.

<sup>172</sup> Afinal, o ano imediatamente posterior à assinatura do Tratado de Santo Ildefonso foi o ano com o maior percentual da série, ponto a partir do qual caem os percentuais.

<sup>173</sup> OSÓRIO, 1999, pp. 78-79.

os resultados destas campanhas militares. Em um certo sentido, é preciso compreender que aplicamos uma “*metodologia para o estudo dos particulares como fontes de mudança* em si mesmos, constantemente reagindo, mas também afetando, frequentemente de maneiras inesperadas, impulsos e pressões externas”<sup>174</sup>. Este movimento de vaivém<sup>175</sup> entre as escalas de observação é importante para compreendermos, quais as condições de possibilidade para que o Rio Grande passasse pela intensificação do processo produtivo. A combinação entre avanço sobre um território e maior exploração do trabalho (que sugerimos existir indiretamente, através de um indício apontado por Florentino), parece-nos neste contexto um dado central<sup>176</sup>. Pensamos, com isso fortalecer a tese de Aladrén, quando este afirma que a fronteira política teve como condição a cristalização do escravismo como modo de exploração no Rio Grande<sup>177</sup>.

Entretanto, simultânea e reversivelmente, apontamos que a formação da sociedade escravista no Rio Grande do Sul foi possível, em parte, por conta do avanço da fronteira política, acompanhada pela fronteira de *commodities*, ou seja, pelo aprofundamento das relações de exploração da terra, do trabalho e da natureza. Guerra e escravidão, agora na margem esquerda do Atlântico, entravam em relações de sinergia<sup>178</sup>, em uma coreografia da violência em que uma cada uma movimentava a curva de ferimentos em ritmos diferentes.

Tal característica de nossa região de estudo sugere que também devemos reconfigurar a forma como entendemos nossos referenciais teóricos. Moore, ao estudar a fronteira de *commodity* do açúcar nas Américas entre os séculos XVI e XIX, caracterizou a fronteira como uma “*zona além da qual a expansão é possível*, de um modo que é primariamente limitado pela geografia física e pelas contradições do capitalismo, em lugar da oposição de poderosos impérios mundiais”. Nosso caso, entretanto, sugere que a fronteira de *commodity* pode mover-se em direção a espaços de concorrência interimperial e que, apesar de aprofundar-se após o

---

<sup>174</sup> TROUILLOT, 1982. p. 334. “... a *methodology for the study of particulars as sources of change* in their on right, constantly reacting to, but also constantly affecting, often in unexpected ways, external impulses and pressures.”

<sup>175</sup> MARQUESE, 2020, pp. 49-50. TOMICH, 2011, pp. 49-52.

<sup>176</sup> Observe-se aqui um processo semelhante ao descrito por Marquese e Tomich para o Vale do Paraíba. Os autores lembram que a política imperial de “zonas proibidas” que reservava as terras entre a serra da Mantiqueira e os contrafortes da serra do Mar, em certo sentido garantiu a disponibilidade de terras, quando as condições internacionais tornaram economicamente viável a expansão. Em uma argumentação parecida sugerimos que o fim da guerra, tal como o fim da política de “zonas proibidas”, abriu a fronteira à ocupação econômica, em ambos os casos facilitando a integração regional ao contexto da economia mundial. Ver MARQUESE; TOMICH, 2009. pp. 352 e 358.

<sup>177</sup> ALADRÉN, 2012, p. 34.

<sup>178</sup> OSÓRIO, 1999, p. 29. Osório apresenta uma aguda percepção de que a guerra, no caso da fronteira sul deve ser compreendida como parte das forças que atuavam na unidade contraditória que era a história social e econômica da região.

encerramento dos conflitos, seu impulso pode ser uma das forças de ocupação da região disputada, afinal de contas o processo de formação das elites econômicas, em boa medida as responsáveis pelas articulações mercantis, creditícias e produtivas da região estava diretamente imbricada em como estas participavam da guerra e recebiam mercês reais por sua atuação militar<sup>179</sup>, ao cabo que este processo seletivo de posse sobre a terra<sup>180</sup> compôs uma dinâmica de “precoce monopolização dos terrenos”<sup>181</sup>, em parte por conta de “um ingrediente mercantil, altamente especulativo”, uma vez que apesar de recebidos em razão das relações de reciprocidade, muitas delas eram rápida e significativamente mercantilizadas<sup>182</sup>.

Tal dinâmica de avanço - militarizado, mercantil e monopolista - produzia um tramado social de altas taxas de concentração da propriedade entre os proprietários de pessoas escravizadas<sup>183</sup>, em especial nas zonas de fronteira – ainda que relativamente menos concentrada que nas regiões exportadoras de *plantation* açucareira<sup>184</sup>. Esta concentração não era, contudo, estática, mas apresentava ritmos crescentes na fronteira sul<sup>185</sup>, o que, de certa forma entrava em consonância com as relações de propriedade do mundo atlântico neste período. Sobre este cenário de aumento dos custos de vida e de deterioração das condições de reprodução da existência de assalariados europeus e escravizados americanos, poderíamos afirmar, segundo Fischer, a tendência estrutural da economia-mundo no período de 1760 a 1830 foi a centralização da riqueza, ao menos nos países europeus e nos EUA<sup>186</sup>

Novamente, faz-se necessário aproximar o olhar, reduzir as escalas, para melhor compreendermos a interação dinâmica entre fronteira, capital e escravidão no Rio Grande.

---

<sup>179</sup> GIL, 2020, pp. 216-217.

<sup>180</sup> OSÓRIO, 1999, pp. 92-94. Capital fundiário este que, ao contrário de certa percepção de que este fator seria barato, compunha no período de 1765 a 1825 cerca de 36,5% do patrimônio produtivo da região

<sup>181</sup> OSÓRIO, Apropriação da terra na fronteira meridional da América portuguesa: direitos e formas de acesso. In: *Congreso Internacional de Historia Agraria (14.: 2013: Badajoz)*. [Sesiones]. [SI]: Sociedad Española de Historia Agraria, 2013, p. 19; OSÓRIO, 1999, pp. 80-88;

<sup>182</sup> SILVA apud OSÓRIO, 2013, p. 19.

<sup>183</sup> ALADRÉN, 2012, pp. 92-97; OSÓRIO, 2005, p. 14. Os trabalhos identificaram que apenas cerca de 10% dos inventários não incluíam pessoas escravizadas entre os bens dos inventariados.

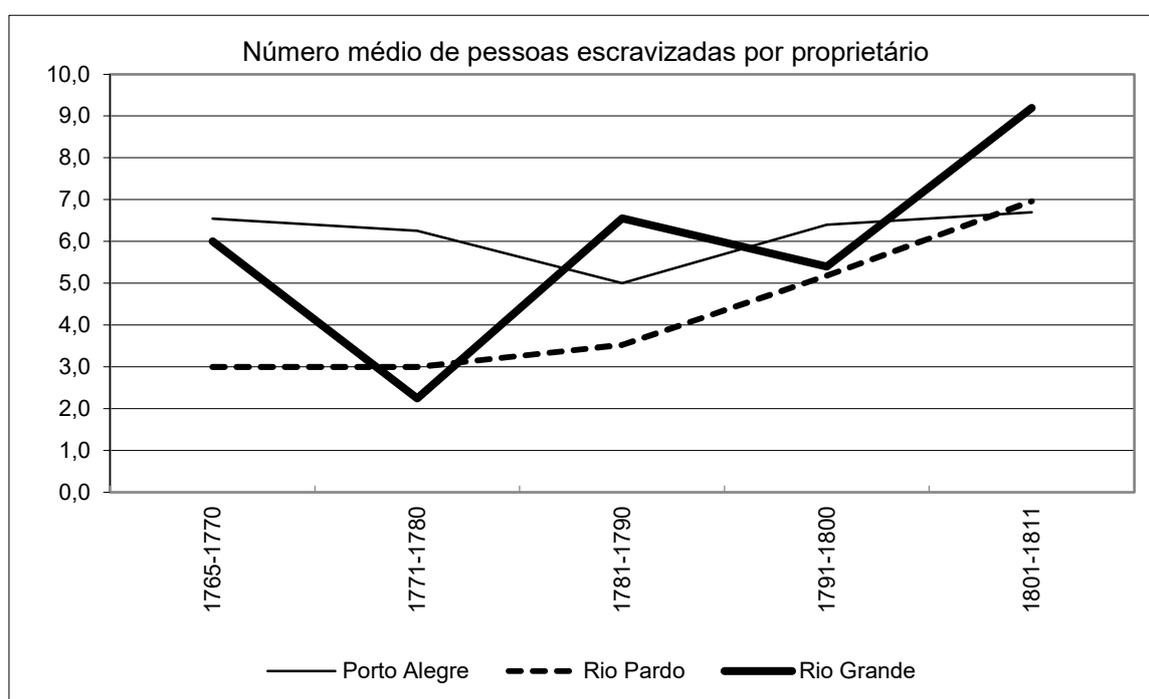
<sup>184</sup> Ibid; OSÓRIO, op. cit., loc. Cit. Aladrén fala de um grupo de grandes proprietários, ou seja, aqueles que possuíam propriedade de 20 ou mais pessoas, que na fronteira do Rio Pardo, entre 1777-1840, compunham cerca de 4,8% dos proprietários, mas possuíam cerca de 24,9% da propriedade sobre pessoas. Osório, ao estender o recorte geográfico para o Rio Grande, com recorte temporal de 1765-1825, encontrou uma proporção de 6,5% de grandes proprietários escravistas, possuidores de 33% da propriedade de pessoas escravizadas. Para os dados do Rio de Janeiro ver FRAGOSO; FLORENTINO, 2001, p. 87. Para os dados da Bahia ver SCHWARTZ, 1988, pp. 365-267.

<sup>185</sup> ALADRÉN, 2012, pp. 97-101.

<sup>186</sup> FISCHER, 1996, p. 138

Osório apontou a existência de diferentes taxas de concentração em diferentes localidades<sup>187</sup>, em conjunção ao aumento que Aladrén percebeu nas zonas de fronteira, contudo, pensamos ser valioso tornar visuais os cálculos que realizamos sobre as variações dos números médios de pessoas escravizadas por proprietário, a porcentagem de pessoas sob propriedade dos escravistas de grande porte e os Coeficientes de Gini que encontramos em Porto Alegre e nas zonas de fronteira, sintetizados nos Gráficos 10 e 11 e na Tabela 6<sup>188</sup>.

**Gráfico 10**



Fonte: Ver Gráfico 5<sup>189</sup>

Começando a analisar os dados pela curva de Porto Alegre, podemos notar que ela tendeu a ser relativamente estável ao longo do período. Este resultado não apenas é coerente

<sup>187</sup> OSÓRIO, Helen. Para além das charqueadas: estudo do padrão de posse de escravos no Rio Grande do Sul, segunda metade do século XVIII. *III Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*, 2007, pp. 5-12

<sup>188</sup> Seria absurdo pensar que o Índice de Gini apresentaria algo como a “desigualdade” no caso de uma sociedade escravista. A desigualdade não pode ser quantificada em termos de propriedade se esta propriedade se refere às pessoas, afinal de contas tal desigualdade é radical, não uma variação de grau. Antes, pretendemos pensar em tais indicadores como referentes às taxas de concentração da propriedade.

<sup>189</sup> Dividiu-se conforme a legenda, ou seja, em décadas, exceto entre 1765 e 1770, que conta com 5 anos e 1801 e 1811, que conta com 11 anos. É interessante notar que tal crescimento sugere que o peso relativo da peonagem na produção do charque, tanto em sua face produtora da carne, quanto no que tange ao processamento na indústria saladeril coloca em questão a imagem da peonagem como forma de extração de excedente por excelência desta cadeia produtiva. Para a mobilização da compreensão de que a peonagem teria um alto peso no circuito do charque ver FRAGOSO, 1998, p. 158.

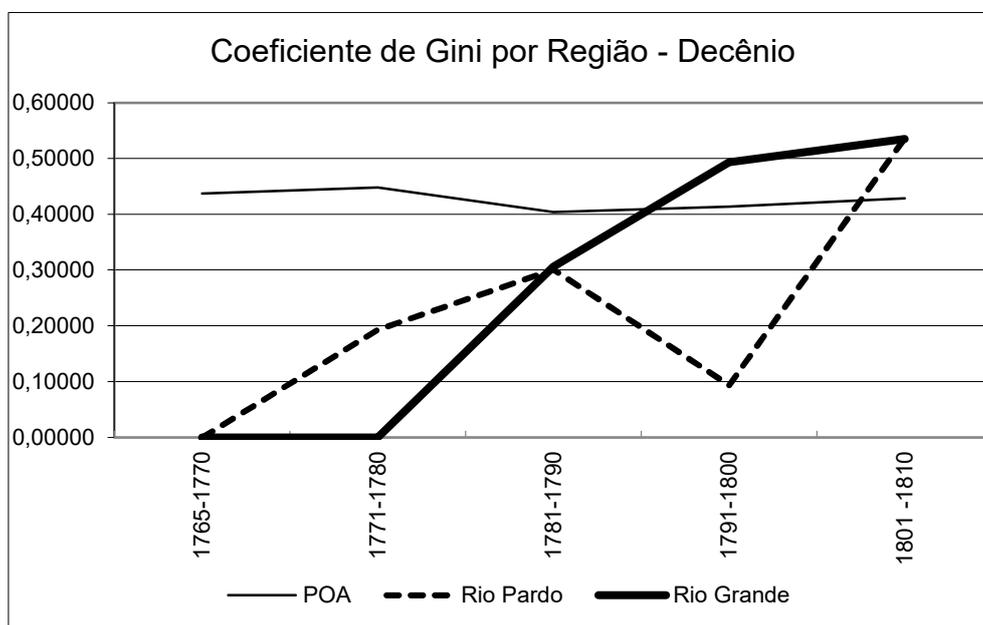
com o fato de ser uma região com certa apropriação urbana do espaço, mas também com uma região onde a apropriação de terras e rebanhos era mais difícil do que nas regiões de “fronteira aberta”, o que é sugerido se considerarmos que, em boa medida trata-se de uma região de menor crescimento da riqueza, neste caso representada pelos rebanhos, que cresciam com menor velocidade do que nas áreas de fronteira<sup>190</sup>. Este dado é reforçado pela menor representatividade dos grandes proprietários quanto à parcela das pessoas sob sua propriedade, menor do que em Rio Grande e Rio Pardo (Tabela 6).

**Tabela 6**

Ano	Porcentagem de grandes proprietários (20+)	Porcentagem de pessoas sob grandes proprietários
Porto Alegre	4%	22,80%
Rio Pardo	4,40%	24,60%
Rio Grande	8%	36,50%
Total	4,60%	25,20%

Fonte: Ver Gráfico 5

**Gráfico 11**



Fonte: Ver Gráfico 5<sup>191</sup>

<sup>190</sup> OSÓRIO, 1999, p. 115.

<sup>191</sup> Dividiu-se conforme a legenda, ou seja, em decênios, exceto entre 1765 e 1770, que conta com 5 anos e 1801 e 1811, que conta com 11 anos.

Em seguida, as curvas de Rio Pardo e Rio Grande, com velocidades de concentração muito superiores, reforçam os resultados de Aladrén quanto ao aumento da concentração da propriedade de pessoas escravizadas<sup>192</sup>. Entretanto, façamos duas ressalvas: em primeiro lugar, apesar de poucos, encontramos grandes proprietários<sup>193</sup>. Em segundo lugar, devemos ressaltar as velocidades bastante diferentes da concentração nas duas fronteiras: enquanto na fronteira oeste (Rio Pardo) a média cresceu de maneira relativamente gradual, do outro lado da moeda, em Rio Grande, a média de pessoas escravizadas por proprietários e o Coeficiente de Gini cresceram subitamente entre 1781 e 1790 e novamente entre 1791 e 1800, de modo que a região apresentava o maior peso relativo de grandes proprietários, bem mais representativos em proporção aos demais proprietários e em relação à proporção de pessoas que possuíam, o que, evidentemente, elevou o Coeficiente de Gini.

Podemos identificar neste ponto as características diferenciadas ocasionadas pela especialização produtiva das regiões: enquanto a região de Rio Pardo, onde se encontravam os maiores rebanhos, abastecia a exportação de couros, participava do mercado interno de muares e fornecia parte da carne para a produção do charque<sup>194</sup>; a região do Rio Grande, era duplamente conectada à exportação, devido ao fato de que ela se tornou o centro da produção do charque, com especial relevo para Pelotas, bem como converteu-se na região de maior produção de trigo, exportado para o Rio de Janeiro<sup>195</sup>. Especialização econômica da região que estava imbricada intimamente a uma crescente concentração do capital mercantil-escravista, ver Gráfico 11, novamente com ritmos diferenciados, mais rápidos para o caso do Rio Grande e um tanto mais lentos para o caso de Rio Pardo.

Conclusivamente, parece ser este o sentido em que a avaliação dos padrões da propriedade escravista rio-grandense fortalece o retorno crítico ao modelo tripartite operado por Aladrén<sup>196</sup> quando este operacionaliza a noção de Fernando Henrique Cardoso de que as áreas mais intimamente ligadas ao mercado internacional demandavam mais mão de obra escravizada

---

<sup>192</sup> ALADRÉN, 2012, pp. 99-101.

<sup>193</sup> Ibid. p. 100. Entenda-se por isso aqueles que possuíam mais do que 20 pessoas escravizadas. Encontramos 13, 12 em Porto Alegre e 1 em Rio Grande. Note-se que este último se tratava de um capitão, o Capitão Francisco Corrêa Pinto.

<sup>194</sup> OSÓRIO, op. cit., pp. 111-112.

<sup>195</sup> Ibid., pp. 113-114; ALADRÉN, op. cit., p. 109. Esta exposição esquemática não deve ser compreendida como exaustiva, pois é evidente que em ambas as regiões se praticavam atividades produtivas mais variadas que as descritas e que os caminhos do charque e da pecuária não necessariamente eram convergentes em todos os momentos.

<sup>196</sup> Ibid., p. 84.

---

e que “A pecuária, por exigir níveis mais baixos de mão de obra, oferecer uma lucratividade menor e ser uma economia subsidiária à indústria da carne salgada, reunia menos trabalhadores escravizados”<sup>197</sup>, ao que adicionaríamos: no circuito produtivo do charque o porte da propriedade escravista aumentava mais e mais rapidamente que nos circuitos de abastecimento, o que significou uma maior e mais rápida concentração da riqueza ao longo do tempo, em uma dinâmica de concentração e centralização. É neste sentido que os ritmos da fronteira meridional eram os ritmos de uma fronteira de *commodity*: eram ritmos de alargamento e aprofundamento da divisão social do trabalho; ao mesmo passo a fronteira avançava, se tornava mais violenta em termos bélicos e laborais, mais intensa em termos do capital escravista-mercantil concentrado entre os grandes proprietários e mais especializada regionalmente, complexificando e radicalizando a *cadeia mercantil*.

---

<sup>197</sup> Ibidem. Observe-se os indícios de especialização regional coletados por Schwartz. Ver SCHWARTZ, 1988, p. 359.

## CONCLUSÃO – A FUGA DA FRONTEIRA

Aterrizando, vemos alguns argumentos tomarem forma. Em primeiro lugar a consonância entre os processos produtivos locais, em suas dinâmicas contraditórias próprias, e os movimentos alargados tornam-se patentes. A onda inflacionária de fins do século XVIII pôde ser efetiva no Rio Grande em boa medida por conta da ação dos proprietários escravistas, que, em parte, respondiam às tensões internas à Economia Política da Escravidão, neste caso, a fuga das pessoas escravizadas durante os anos de conflito direto, a procura da recomposição e reiteração das riquezas ameaçadas no tempo de guerra.

Dialeticamente, este mesmo compasso de conflito bélico, que possibilitava certos tipos de ações de resistência foi uma das condições de possibilidade do avanço da fronteira agrícola. Alargamento e aprofundamento que significava a um só tempo a concentração da propriedade em ritmos diferenciados (mais intenso na fronteira sul e mais gradual na fronteira oeste) e uma deterioração das condições de vida das pessoas escravizadas, operada dentro dos quadros intelectuais e políticos de uma formação social hierarquicamente organizada, cuja reprodução dependia de um influxo de seres humanos traficados como mercadorias e um afluxo de mercadorias.

Buscamos evidenciar a necessidade teórica de compreender a que estas dinâmicas regionais estavam em conexão dialética com as tramas político-econômicas das margens do Atlântico: se, por um lado, a demanda por *commodities* durante um período de expansão da industrialização na Europa foi um empuxo de mobilização os capitais escravistas para o atendimento a esta procura, por outro, as dinâmicas próprias à margem africana Centro-Ocidental do Atlântico, particularmente em Luanda e Benguela, em meio às disputas entre agentes da administração imperial e os agentes comerciais locais, co-produziam a oferta de mão de obra violentamente arrancadas das comunidades.

Conclusivamente, pensamos ter avançado o debate quanto às características específicas da fronteira sul da América portuguesa no cenário transformativo da reconfiguração da escravidão atlântica. Neste sentido apontamos os indícios de que a inscrição dos espaços produtivos se dava em uma chave da exploração crescente, que engendrava uma interdependência que violentava a diversos grupos: os trabalhadores escravizados na América, que tinham sua saúde fragilizada pela exploração, os trabalhadores proletarizados europeus, que viam seus salários se deteriorando, e as comunidades da região de Angola, que tinham seus

---

membros capturados em uma escala crescente. Histórias múltiplas, regionais, com suas realidades próprias, mas que entrelaçavam, não em uníssono, mas em diálogo constante.

## FONTES

### ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Documentos da Escravidão no Rio Grande do Sul, Inventários: O Escravo Deixado como Herança, vol 1. Companhia Rio-grandense de Artes Gráficas (CORAG). Porto Alegre, 2010.

Disponível em: <https://www.apers.rs.gov.br/acervo-judiciario>. Acesso em: 20 fev. 2021.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALADRÉN, Gabriel, *Sem respeitar fé nem tratados: escravidão e guerra na formação histórica da fronteira sul do Brasil (Rio Grande de São Pedro, c. 1777-1835)*. Tese de Doutorado. Niterói: PPGH/UFF, 2012.

\_\_\_\_\_. A região platina enquanto espaço produtivo articulado ao tráfico transatlântico de escravos (c. 1777-1831). In: VI Jornadas Uruguayas de Historia Económica, 2015, Montevideu. VI Jornadas Uruguayas de Historia Económica, 2015.

ALDEN, Dauril. Late colonial Brazil, 1750-1808. In: BETHELL, Leslie. *Colonial Brazil*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

ALDEN, Dauril; MILLER, Joseph C. Out of Africa: the slave trade and the transmission of smallpox to Brazil, 1560-1831. *The Journal of interdisciplinary history*, v. 18, n. 2, p. 195-224, 1987.

ALENCASTRO, Luiz. F. *O trato dos viventes: Formação do Brasil no Atlântico Sul, séculos XVI e XVII*. São Paulo: Companhia das Letras. 2000.

ALLEN, Robert C. The great divergence in European wages and prices from the Middle Ages to the First World War. *Explorations in economic history*, v. 38, n. 4, p. 411-447, 2001.

ARRIGHI, Giovanni. *The long twentieth century: Money, power, and the origins of our times*. verso, 1994.

AZEVEDO, João Lúcio de. *Épocas de Portugal Económico: Esboços de História*. Lisboa: Clássica Editora, Lisboa, 1929.

BERBEL, Marcia; MARQUESE, Rafael; PARRON, Tâmis. *Escravidão e política: Brasil e Cuba, c. 1790-1850*. São Paulo, Hucitec: Fapesp, 2010.

BERGAD, Laird W. *Escravidão e história econômica: Demografia de Minas Gerais, 1720-1888*. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

- BERUTE, Gabriel S. *Dos escravos que partem para os portos do sul: características do tráfico negreiro do Rio Grande de São Pedro do Sul, c. 1790 - c. 1825*. Dissertação de mestrado. Porto Alegre: PPGH-UFRGS, 2006
- BLOCH, Le problème de l'or au moeyn age. *Annales d'Histoire Économique et Sociales*. 5 (19), p. 1-34, 1933.
- BRAUDEL, Fernand; SPONNER, Frank C. Prices in Europe from 1450 to 1750. In: RICH, E.; WILSON, C. (eds.) *The Cambridge Economic History of Europe from the Decline of the Roman Empire* v. 4. Cambridge: Cambridge University Press, p. 374-486, 1967.
- BRAUDEL, Fernand. *O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Filipe II*. v. 1 Lisboa: Martins Fontes, 1983.
- \_\_\_\_\_, *Civilização material, economia e capitalismo séculos XV-XVIII: o jogo das trocas*, v. 2. 2 ed., São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009a. [1996]
- \_\_\_\_\_, *Escritos sobre a história*. São Paulo: Perspectiva, 2009c, [1992].
- CÂNDIDO, Mariana P. *Enslaving Frontiers: Slavery, Trade and Identity in Benguela, 1780-1850*. PhD Thesis, Toronto: York University, 2006.
- \_\_\_\_\_. *An African Slaving Port and the Atlantic World: Benguela and Its Hinterland*. New York: Cambridge University Press, 2013.
- CARDOSO, António Barros. Portugal e a Inglaterra nos tempos modernos. *Revista da Faculdade de Letras: História*, 04, p. 37-58, 2003.
- CARDOSO, Ciro F. S. Sobre los modos de producción coloniales de América. In: ASSADOURIAN, Carlos Sempat et al. *Modos de producción em América Latina*. Buenos Aires: Siglo XXI, ed. Cuadernos de Pasado y Presente, n. 40, p. 135-161, 1973.
- COLLINGWOOD, Robin George. *A Ideia de História*, trad. Alberto Freire. Lisboa, Presença, 1986.
- CURTO, José C. Vinho versus Cachaça: A Luta Luso-Brasileira pelo Comércio do Alcool e de Escravos em Luanda, c. 1648-1703. In: PANTOJA, Selma; SARAIVA, José F. S. (eds.), *Angola e Brasil: nas rotas do Atlântico Sul*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p. 69-97, 1999.
- CURTO, José C.; GERVAIS, Raymond R. A dinâmica demográfica de Luanda no contexto do tráfico de escravos do Atlântico Sul, 1781-1844. *Topoi* (Rio de Janeiro), v. 3, p. 85-138, 2002.
- ELTIS, David; RICHARDSON, David. Os mercados de escravos africanos recém-chegados às Américas: padrões de preços, 1673-1865. *Topoi* (Rio de Janeiro), v. 4, p. 9-46, 2003

FARINATTI, Luís Augusto. Construção de séries e micro-análise: notas sobre o tratamento de fontes para a história social. *Anos 90*, v. 15, n. 28, p. 57-72, 2008.

FERREIRA, Roquinaldo A. Biografia, Mobilidade e Cultura Atlântica: A micro-escala do tráfico de escravos em Benguela, século XVIII e XIX. *Tempo*, v. 10, p. 23-49, 2006.

FINLEY, Moses I., *Escravidão antiga e ideologia moderna*. Rio de Janeiro: Graal, 1991

FISCHER, David Hackett. *The great wave: Price revolutions and the rhythm of history*. New York: Oxford University Press, 1996.

FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro: os séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

FLORENTINO, Manolo; FRAGOSO, João. *O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia: Rio de Janeiro, c. 1790-c. 1840*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FLORENTINO, Manolo; RIBEIRO, Alexandre Vieira; SILVA, Daniel Domingues da. Aspectos comparativos do tráfico de africanos para o Brasil (Século XVIII e XIX). *Afro-Ásia*, 31, p. 83-126. 2004.

FRAGOSO, João Luís Ribeiro. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. 2 ed.. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho, *Homens livres na ordem escravocrata*. 4 ed. São Paulo: UNESP, 1997.

GIL, Tiago Luís. *Coisas do caminho: crédito, confiança e informação na economia do comércio de gado entre Viamão e Sorocaba (1780-1810)* – Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2020.

HOBBSAWM, Eric J. Class consciousness in history In: MÉSZAROS, István (ed). *Aspects of history and class consciousness*. London: Routledge & Kegan Paul, 1971, p. 5-21.

\_\_\_\_\_. *A era dos impérios*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

HOPKINS, Terence K.; WALLERSTEIN, Immanuel. Commodity chains in the world-economy prior to 1800. *Review (Fernand Braudel Center)*, New York, v. 10, n. 1, p. 157-170, 1 jul. 1986.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006

- \_\_\_\_\_. *Estratos do tempo: estudos sobre história*. Rio de Janeiro: Contraponto Editora, 2014
- KOSÍK, Karel. *Dialética do Concreto*. São Paulo: Paz e Terra, 2002
- LAPA, José Roberto do Amaral (org.). *Modos de produção e realidade brasileira*. Petrópolis: Vozes, 1980.
- LÖWY, Michael. A teoria do desenvolvimento desigual e combinado. *Outubro*, v. 1, p. 73-80, 1998.
- MANNING, Patrick. *Slavery and African Life: Occidental, Oriental, and African Slave Trades*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.
- MARIUTTI, Eduardo Barros; NOGUERÓL, Luiz Paulo Ferreira; NETO, Mário Danieli. Mercado interno colonial e grau de autonomia: críticas às propostas de João Luís Frago e Manolo Florentino. *Estudos Econômicos (São Paulo)*, v. 31, n. 2, p. 369-393, 2001.
- \_\_\_\_\_, Cadeias mercantis e a história ambiental global das Américas coloniais. *Esboços: histórias em contextos globais*, v. 28, n. 49, p. 640-697, 2021a.
- \_\_\_\_\_, A América colonial e a história das mercadorias: a pluralidade de tempos no capitalismo histórico. *Esboços: histórias em contextos globais*, v. 28, n. 49, p. 772-812, 2021b.
- MARQUESE, Rafael de Bivar. *Feitores do corpo, missionários da mente. Senhores, letrados e o controle dos escravos nas Américas, 1660-1860*, São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- \_\_\_\_\_, A dinâmica da escravidão no Brasil: resistência, tráfico negreiro e alforrias, séculos XVII a XIX. *Novos estudos CEBRAP*, p. 107-123, 2006.
- \_\_\_\_\_, As desventuras de um conceito: capitalismo histórico e a historiografia sobre a escravidão brasileira. *Rev. Hist. (São Paulo)*, São Paulo, n. 169, p. 223-253, Dec. 2013
- \_\_\_\_\_, As origens de Brasil e Java: trabalho compulsório e a reconfiguração da economia mundial do café na Era das Revoluções, c. 1760-1840. *História (São Paulo)*, v. 34, p. 108-127, 2015.
- \_\_\_\_\_; SALLES, Ricardo (orgs.), *Escravidão e capitalismo histórico do século XIX: Cuba, Brasil, Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.
- \_\_\_\_\_. (ed.). *Os tempos plurais da escravidão no Brasil: ensaios de história e Historiografia*. São Paulo: Intermeios, 2020.

\_\_\_\_\_ ; TOMICH, Dale. O Vale do Paraíba escravista e a formação do mercado mundial do café no século XIX. In: SALLES, Ricardo; GRINBERG, Keila. *O Brasil imperial*, v. 2, p. 241-383, 2009.

MARX, Karl. *Manuscritos Econômico-Filosóficos e Outros Textos Escolhidos*. Os Pensadores. Vol. XXXV. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

\_\_\_\_\_, (1867). *O Capital: Crítica da Economia Política*. Vol. I, T 1, São Paulo: Nova Cultural, 1996a

\_\_\_\_\_, (1867). *O Capital: Crítica da Economia Política*. Vol. I, T 2, São Paulo: Nova Cultural, 1996b

\_\_\_\_\_, *Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política*. Boitempo editorial, 2015.

MAXWELL, Kenneth. *A Devassa da devassa: a Inconfidência Mineira, Brasil-Portugal, 1750-1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

\_\_\_\_\_. *Naked tropics: essays on empire and other rogues*. Routledge, 2013

MEILLASSOUX, Claude. *Antropologia da escravidão: o ventre de ferro e dinheiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1995. [1986].

MENZ, Maximiliano Mac. *Entre dois impérios: formação do Rio Grande na crise do antigo sistema colonial (1777-1822)*. Tese de Doutorado. São Paulo: Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2006.

\_\_\_\_\_, As "Geometrias" do Tráfico: o Comércio Metropolitano e o Tráfico de Escravos em Angola (1796-1807). *Revista de História*, n. 166, p. 185-222, 2012.

MILLER, Joseph C. Slave Prices in the Portuguese Southern Atlantic, 1600-1830. In: LOVEJOY, Paul Ellsworth, (ed.) *Africans in bondage: studies in slavery and the slave trade: essays in honor of Philip D. Curtin on the occasion of the twenty-fifth anniversary of African Studies at the University of Wisconsin*. African Studies Program, University of Wisconsin-Madison, 1986. p. 43-77, 1986.

\_\_\_\_\_, *Way of Death: Merchant Capitalism and the Angolan Slave Trade, 1730-1830*. Madison: University of Wisconsin Press, 1988.

MINTZ, Sidney Wilfred. *O poder amargo do açúcar: produtores escravizados, consumidores proletarizados: coletânea de artigos de Sidney W. Mintz*. Editora Universitária UFPE, 2003.

- MOORE, Jason W. Sugar and the expansion of the early modern world-economy: Commodity frontiers, ecological transformation, and industrialization. *Review (Fernand Braudel Center)*, p. 409-433, 2000
- MUAZE, Mariana; SALLES, Ricardo. *A segunda escravidão e o Império do Brasil e em perspectiva histórica*. Recurso eletrônico. São Leopoldo: Casa Leiria, p. 13-19, 2020.
- \_\_\_\_\_, Capitalism as world-ecology: Braudel and Marx on environmental history. *Organization & Environment*, v. 16, n. 4, p. 431-458, 2003.
- NASCIMENTO, Beatriz. O conceito de quilombo e a resistência cultural negra. In: RATTIS, Alex. *Eu sou atlântica. Sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento*. São Paulo: Imprensa Oficial, p. 117-125, 2006.
- NOGUERÓL, Luiz Paulo Ferreira. *Sabará e Porto Alegre na formação do mercado nacional no século XIX*. Tese de Doutorado. Campinas: UNICAMP, 2003.
- \_\_\_\_\_, O Rio Grande do Sul e a Banda Oriental/Uruguai: elementos da escravidão entre 1777 e 1851. *Diálogos Latinoamericanos* 25, p. 213-228, 2016.
- NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*. 5. ed. São Paulo: Hucitec, 1989 [1979].
- OLIVEIRA, Vanessa S., *Slave Trade and Abolition: Gender, Commerce and Economic Transition in Luanda*. Madison: The University of Wisconsin Press, 2021
- OSÓRIO, Helen. *Estancieiros, lavradores e comerciantes na constituição da estremadura portuguesa na América: Rio Grande de São Pedro, 1737-1822*. Niterói: UFF, Tese de Doutorado, 1999.
- \_\_\_\_\_. Fronteira, escravidão e pecuária: Rio Grande do Sul no período colonial. *II Jornada de História Regional Comparada*, Porto Alegre: PUCRS, p. 1-16, 2005
- \_\_\_\_\_, Para além das charqueadas: estudo do padrão de posse de escravos no Rio Grande do Sul, segunda metade do século XVIII. *III Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*, 2007.
- \_\_\_\_\_, Apropriação da terra na fronteira meridional da América portuguesa: direitos e formas de acesso. In: *Congreso Internacional de Historia Agraria (14.: 2013: Badajoz)*. [Sesiones]. [SI]: Sociedad Española de Historia Agraria, 2013.
- PEDREIRA, Jorge M., From growth to collapse: Portugal, Brazil, and the breakdown of the old colonial system (1760-1830). *Hispanic American Historical Review*, v. 80, n. 4, p. 839-864, 2000.

- \_\_\_\_\_, Contraband, crisis, and the collapse of the old colonial system. *Hispanic American Historical Review*, v. 81. 3-4. p. 739-744, 2001.
- PINJNING, Ernst. "Contrabando, ilegalidade e medidas políticas no Rio de Janeiro do século XVIII." *Revista Brasileira de História* 21, p. 397-414, 2001.
- PINTO, Virgílio Noya. *O ouro brasileiro e o comércio anglo-português: uma contribuição aos estudos de economia atlântica no século XVIII*. São Paulo: Ed. Nacional, 1979.
- PIRES, Julio Manuel; COSTA, Iraci Del Nero da. O capital escravista-mercantil: caracterização teórica e causas históricas de sua superação. *Estudos avançados*, v. 14, n. 38, p. 87-120, 2000.
- \_\_\_\_\_, (orgs.). *O capital escravista mercantil e a escravidão nas Américas*. São Paulo: EDUC: FAPESP, 2010.
- POSTHUMUS, Nicolaas Wilhemus. *Inquiry into the history of prices in Holland*. Vol. 1. Leiden: E.J. Brill, 1946.
- PRADO JR., Caio. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Círculo do Livro, (s.d.) [1945].
- RICHARDSON, David; DA SILVA, Filipa Ribeiro (eds.). *Networks and trans-cultural exchange: slave trading in the South Atlantic, 1590-1867*. Leiden and Boston: Brill, 2014.
- RODNEY, Walter. *Como a Europa subdesenvolveu a África*. Lisboa: Seara Nova, 1975.
- RUSSEL-WOOD, Anthony J. R. Colonial Brazil: the gold cycle, c. 1690-1750. In: BETHELL, Leslie (ed). *History of Latin America*. Vol. II. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.
- SAYER, Derek. *The violence of abstraction. The analytic foundations of historical materialism*. Oxford: Basil Blackwell, 1987
- SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial 1550-1835*. Vol. 456. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- \_\_\_\_\_. A Economia do Império Português. In: BETHENCOURT, Francisco; CURTO, Diogo Ramada Curto, (eds.), *A expansão marítima portuguesa, 1400-1800*, Lisboa: Edições 70, p. 21-51 2010.
- SERENI, Emilio. *Capitalismo e mercato nazionale in Italia*. Roma: Editori Riuniti, 1966.
- SILVA, Daniel B. Domingues. The Supply of Slaves from Luanda, 1768-1806: Records of Anselmo da Fonseca Coutinho. *African Economic History*. V. 38, p. 53-76, 2010.
- \_\_\_\_\_. The Atlantic Slave Trade from Angola: a Port-by-Port Estimate of Slaves Embarked, 1701-1867. *International Journal of African Historical Studies*. Vol. 46, No. 1, p. 105-122. 2013.

- \_\_\_\_\_. *The Atlantic Slave Trade from West Central Africa, 1780-1867*. Cambridge: Cambridge University Press, 2017.
- SOBOUL, Albert. Descrição e medida em história social. *Revista de História*, v. 37, n. 75, p. 175-188, 1968.
- THOMPSON, Edward. P. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. NEGRO, Antonio Luigi & SILVA, Sergio (org.). Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2001.
- THOMPSON, Estevam Costa. Sociedades negreiras: a comunidade de comerciantes ‘brasileiros’ em Benguela em fins do século XVIII. In: BERTHET, Marina (et al). *África: histórias conectadas*. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 2015.
- \_\_\_\_\_. *The Making of Quilengues: Violence, Enslavement and Resistance in the Interior of Benguela, 1600-1830*. Toronto: York University, PhD Thesis. 2021.
- TOMICH, Dale W. *Pelo prisma da escravidão: trabalho, capital e economia mundial*. São Paulo: EdUSP, 2011.
- TROUILLOT, Michel-Rolph. Motion in the system: coffee, color, and slavery in eighteenth-century Saint-Domingue. *Review (Fernand Braudel Center)*, v. 5, n. 3, p. 331-388, 1982.
- VERSIANI, Flávio Rabelo; NOGUERÓL, Luiz Paulo Ferreira. *Muitos escravos, muitos senhores: escravidão nordestina e gaúcha no século XIX*. São Cristóvão: Editora UFS; Brasília: Editora UNB, 2016.
- WALLERSTEIN, Immanuel. *The capitalist world-economy*. Cambridge: Cambridge University Press, 1979.
- \_\_\_\_\_. *Capitalismo histórico e Civilização capitalista*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.
- WILLIAMS, Eric. *Capitalismo e Escravidão*. Rio de Janeiro: Companhia Editora Americana, 1975.